



JOÃO LUÍS FERNANDES
FÁTIMA VELEZ DE CASTRO
COORD.

CONFIANÇAS E MEDOS NA EUROPA CONTEMPORÂNEA

REDES, ASILO E MINORIAS

A obra “**Confianças e medos na Europa contemporânea: redes, asilo e minorias**” enquadra-se no âmbito dos riscos antrópicos, de domínio social. Partindo da escala europeia, apresenta oito estudos de casos, realizados por autores de diversas áreas (Estudos Europeus, Relações Internacionais, Direito, Segurança, Geopolítica, etc), numa lógica interdisciplinar. Pretende-se refletir e estimular o debate sobre o tema da mobilidade e da (in)segurança, do ponto de vista das migrações e das políticas migratórias, das redes, das fronteiras, da energia, das minorias, da geopolítica.

Trata-se de uma temática atual e de grande relevância, que está na ordem do dia dos discursos políticos e da opinião pública. Espera-se, desta forma, contribuir para o debate esclarecido e cientificamente fundamentado, que possa vir a ser útil na elucidação dos agentes políticos, da academia e da sociedade em geral.



ESTRUTURAS EDITORIAIS

Série Riscos e Catástrofes
Estudos Cindínicos

ANTIGOS DIRETORES | FORMER MAIN EDITORS

Luciano Lourenço
Universidade de Coimbra

DIRETOR PRINCIPAL | MAIN EDITOR

Fátima Velez de Castro
Universidade de Coimbra

DIRETORES ADJUNTOS | ASSISTANT EDITORS

Adélia Nunes, Bruno Martins, João Luís Fernandes | António Vieira
Universidade de Coimbra Universidade do Minho

ASSISTENTE EDITORIAL | EDITORIAL ASSISTANT

Fernando Félix
Universidade de Coimbra

COMISSÃO CIENTÍFICA | EDITORIAL BOARD

Ana Meira Castro
Instituto Superior de Engenharia do Porto

Angela Santos
Universidade de Lisboa

António Duarte Amaro
Escola Superior de Saúde do Alcoitão

António Betâmio de Almeida
Instituto Superior Técnico

Cristina Queirós
Universidade do Porto

Felícia Fonseca
Instituto Politécnico de Bragança

Fernando Granja Martins
Universidade do Algarve

Helena Fernandez
Universidade do Algarve

Humberto Varum
Universidade de Aveiro

José Simão Antunes do Carmo
Universidade de Coimbra

Maria José Roxo
Universidade Nova de Lisboa

Mário Talaia
Universidade de Aveiro

Miguel Castro
Instituto Politécnico de Portalegre

Paulo Nossa
Universidade de Coimbra

Romero Bandeira
Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, Porto

Tomás de Figueiredo
Instituto Politécnico de Bragança

Antenora Maria da Mata Siqueira
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Carla Juscélia Oliveira Souza
Universidade Federal de São João del-Rei, Brasil

Esteban Castro
University of Newcastle, Reino Unido

José António Vega
Centro de Investigación Forestal de Lourizán, Espanha

José Arnaez Vadillo
Universidad de La Rioja, Espanha

Lidia Esther Romero Martín
Universidad Las Palmas de Gran Canaria, Espanha

Maria Augusta Fernández Moreno
Universidade Católica do Equador, Equador

Miguel Castillo Soto
Universidad de Chile

Mohammed El-Fengour
University of Rabat, Marrocos

Montserrat Díaz-Raviña
Inst. de Investigaciones Agrobiológicas de Galicia, Espanha

Norma Valencio
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

Ricardo Alvarez
Florida Atlantic University, Estados Unidos da América

Teresa da Silva Rosa
Universidade Vila Velha, Brasil

Virginia Araceli García Acosta
Universidade Nacional Autónoma de México

Xavier Ubeda Cartaña
Universidad de Barcelona, Espanha

Yvette Veyret
Université Paris X, França

JOÃO LUÍS FERNANDES
FÁTIMA VELEZ DE CASTRO
COORD.

CONFIANÇAS E MEDOS NA EUROPA CONTEMPORÂNEA

REDES, ASILO E MINORIAS



EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra
Email: imprensa@uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc
Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Imprensa da Universidade de Coimbra

CONCEÇÃO GRÁFICA

Imprensa da Universidade de Coimbra

IMAGEM DA CAPA

Photo by Esra Korkmaz via Pexels

PRÉ-IMPRESSÃO

Fernando Félix

EXECUÇÃO GRÁFICA

KDP

ISBN

978-989-26-2727-4

ISBN DIGITAL

978-989-26-2728-1

DOI

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-2728-1>

DEPÓSITO LEGAL

546350/25

APOIOS



**CENTRO DE
ESTUDOS INTERDISCIPLINARES**
CEIS20 | Universidade de Coimbra



Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia
UIDB/0046/2020

This work is funded by FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia
under the project UIDB/00460/2020

© ABRIL 2025, IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
INTRODUÇÃO	9
PARTE I - PERSPETIVAS SOBRE REDES, FRONTEIRAS, RISCOS E INSEGURANÇAS	11
A questão da segurança energética na formulação das políticas energéticas da União Europeia entre 2015 e 2023 Nathana Garcez	13
Insegurança transfronteiriça: desafios no controlo de redes e grupos organizados com mobilidade elevada Nélio Guerreiro	49
A renovação dos riscos geopolíticos e as tendências securitárias de uma nova regionalização do mundo Gustavo Glodes Blum	89
A externalização: um novo paradigma na europeização da política de asilo Natacha Rodrigues	147
PARTE II - MIGRAÇÕES E MINORIAS DIANTE DE UMA RENOVADA VALORIZAÇÃO POLÍTICA DOS TERRITÓRIOS NACIONAIS	161
Llegadas no autorizadas a la UE: Discursos de legitimidad, derechos humanos y justicia Sara Carrasco Granger	163
Extremófilos sociais: categorizando a vulnerabilidade em situações extremas Pedro Camilo de Figueirêdo Neto	181
A situação da juventude nas periferias da França Amanda Evelyn Cavalcanti de Lima	213
Estratégias indígenas no ártico em transformação: mudança climática, política e estratégia da perspectiva Sámi Pedro Allemand Mancebo Silva	237
CONCLUSÃO	259

(Página deixada propositadamente em branco)

PREFÁCIO

Os tratados de paz que puseram formalmente termo à Primeira Guerra Mundial encetaram uma profunda reestruturação da ordem da Europa. Os três impérios europeus tinham desaparecido, formam-se catorze novos Estados, erguem-se 11.000 quilómetros de novas fronteiras exteriores. As minorias tornam-se maiorias, as maiorias, minorias, os movimentos de êxodo atingem dimensões assinaláveis. As mutações da cartografia política transformaram o carácter das migrações. Numerosas migrações internas tornaram-se migrações transnacionais. Antigas tradições migratórias e sistemas migratórios tradicionais reduziram-se a pequenos fluxos circulares ou foram bloqueados pelas fronteiras, conflitos entre Estados ou pela intervenção protecionista do Estado.

Quer no plano estratégico, quer a nível das organizações internacionais, as ameaças são cada vez mais e fortes. Torna-se imprescindível um planeamento estratégico, um serviço de informação eficiente e prontidão. Correm-se sempre riscos. Hoje as ameaças são diferentes, pelos atores, são globais, e, como tal, são mais difíceis de identificar e caracterizar. Variam, sendo as mesmas, em função das conjunturas e interpretações diferentes. Segundo Ulrich Beck, na sociedade de risco regista-se uma tendência para o crescimento e expansão de formas de criminalidade mais violentas e mais imprevisíveis. Cresce o sentimento de insegurança e um medo difuso dos cidadãos, fruto da tomada de consciência de ameaças e de vulnerabilidades sejam elas tangíveis ou intangíveis. Urge a concretização de estratégias, o fortalecimento de sistemas de segurança nacionais e internacionais e o desejável diálogo transnacional.

O conflito regional é uma particularização geográfica dos conflitos. Os conflitos regionais não continuam a ser um fenómeno comum no âmbito das situações conflituais?

As crescentes necessidades energéticas e o desfasamento entre a procura e a disponibilidade geram tensões e guerras e são multiplicadores de riscos e ameaças.

As situações extremas não incidem nem afetam apenas os países menos desenvolvidos. O desânimo social instalado em novas gerações poderá ser instrumentalizado por movimentos radicais e com recurso a práticas violentas ou subversivas.

As alterações climáticas e segurança estão intimamente ligadas. O risco das deslocações massivas associa-se aos desastres naturais e as razões não naturais e nestas relevem-se as situações de conflito, de violação dos direitos humanos, e com consequências humanitárias e securitárias.

No discurso sobre a imigração agita-se muito o fenómeno da inversão da pirâmide demográfica. O fenómeno é muito mais global. A imigração tornou-se um fenómeno social que existe e que há que enquadrar e regulamentar.

As assimetrias de crescimento populacional e a globalização do envelhecimento e das migrações são pontos importantes da relação complexa entre demografia e segurança.

A multiplicação de riscos políticos deve ser encarada como um resultado importante das transformações pelas quais passa o Sistema Internacional... O território é, na realidade, uma dinâmica socioespacial... nunca está “terminado” ou plenamente “conquistado”.

As dinâmicas que se apresentam como riscos geopolíticos devem-se a novos desafios ao exercício da soberania com que se defrontam os Estados.

Esse complexo de crises é um somatório de diferentes crises que ocorrem no Sistema Internacional. Poder-se-á dizer como defende Ulrich Beck, que “não se opera apenas uma mudança, mas sim uma metamorfose”.

Esta obra, que agora o Leitor pode fruir, visa refletir e estimular a reflexão sobre temáticas do nosso hoje: riscos e ameaças, insegurança e vulnerabilidade, migrações, minorias, territórios, periferias, mudanças climáticas. Questões estas e outras de interesse que merecem a atenção particular dos Autores e dos Coordenadores que percorrem caminhos de intervenção num debate transdisciplinar.

É nesta linha que se inscreve este promissor trabalho.

Coimbra, Portugal, dezembro de 2024

Maria Manuela Tavares Ribeiro
Prof.^a Catedrática de História da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

INTRODUÇÃO

João Luís J. Fernandes

Universidade de Coimbra, CEIS20 e RISCOS (Portugal)
Faculdade de Letras, Departamento de Geografia e Turismo
ORCID: 0000-0002-9419-631X jfernandes@fl.uc.pt

Fátima Velez de Castro

Universidade de Coimbra, CEIS20 e RISCOS (Portugal)
Faculdade de Letras, Departamento de Geografia e Turismo
ORCID: 0000-0003-3927-0748 velezcastro@fl.uc.pt

Os textos que agora se publicam foram apresentados, a partir de maio de 2023, nas três edições do ciclo de conferências “Confianças e Medos na Europa Contemporânea”, organizadas no âmbito do Grupo “Europeísmo, Atlanticidade e Mundialização”, do Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade de Coimbra (CEIS20).

Envolvendo temas como redes; as migrações e as políticas migratórias e de asilo; a demografia política, os direitos humanos e a afirmação das minorias e de grupos não hegemónicos; as fronteiras e os atores transnacionais; a segurança energética e as novas configurações e regionalizações geopolíticas, este ciclo tem como objetivo equacionar o presente e perspetivar o futuro da Europa num planeta instável e em constante mudança.

Organizado em dois grupos e oito capítulos, esta obra está centrada no território europeu e nas suas dinâmicas internas e de relação com os mundos que existem para além dos seus limites permeáveis.

Por isso, as referências conceptuais que aqui se apresentam e discutem, têm como ponto de partida quadros empíricos que atravessam várias escalas de análise e diferentes contextos locais, regionais e nacionais deste contexto global em transformação.

Sabe-se que o tempo presente é um desafio; que os conflitos militares ameaçam a integridade de populações e trazem incertezas alargadas; que as democracias ocidentais e liberais e as sociedades abertas estão sob pressão e que o avanço das tecnologias digitais alteraram os referenciais do passado.

Na sequência de todos estes caminhos cruzados, tem-se assistido à concentração dos poderes económico e político e ao aumento das polarizações. Também se tem notado a multiplicação das linhas de fratura e a aceleração dos processos de desacoplamento que dividem e afastam entre si grupos sociais, espaços geográficos de proximidade, regiões e microterritórios urbanos.

Atendendo a todo este enquadramento, será importante problematizar as coesão interna das sociedades e dos territórios europeus, assim como analisar, com o devido alcance temporal, a arquitetura das interdependências da Europa e as pontes que se estabelecem com as dinâmicas e os espaços geográficos mais ou menos próximos ou longínquos.

No entanto, para este exercício plural, exigem-se janelas de observação amplas e diversificadas. Nesse sentido, os oito autores que contribuíram para este trabalho conjunto, têm múltiplas proveniências científicas de base, que vão do Direito à Geografia, da Sociologia aos Estudos Europeus, das Relações Internacionais à Ciência Política, da Economia à Filosofia ou à Geopolítica.

Esta abrangência e abertura, assim como o diálogo multi e interdisciplinar que aqui se apresenta, permitem-nos equacionar os medos que se detetam no presente e se podem projetar no devir da Europa. No entanto, transportam-nos também para a confiança que deriva das instituições, dos quadros normativos, dos sistemas de valores e do capital humano que podem garantir um continente europeu enquanto espaço geográfico com qualidade de vida, segurança, coesão, hospitalidade e, com tudo isto, um projeto de futuro.

Por fim, com mais esta publicação, integrada na Série “Riscos e Catástrofes”, a Riscos- Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança, dará mais um passo no sentido da consolidação dos estudos integrados na urgente e oportuna temática dos riscos sociais e antrópicos.

PARTE I:
PERSPETIVAS
SOBRE REDES,
FRONTEIRAS,
RISCOS E
INSEGURANÇAS

(Página deixada propositadamente em branco)

**A RENOVAÇÃO DOS RISCOS GEOPOLÍTICOS E
AS TENDÊNCIAS SECURITÁRIAS DE UMA NOVA
REGIONALIZAÇÃO DO MUNDO¹**
**THE RENEWAL OF GEOPOLITICAL RISKS AND
THE SECURITY TRENDS OF A NEW WORLD
REGIONALIZATION**

Gustavo Glodes Blum

Universidade de Coimbra, CEIS20 (Portugal)

Universidade Estadual de Campinas, LAGERE-GRI (Brasil)

ORCID: 0000-0003-1223-7868 blum.gustavo@hotmail.com

Resumo: Os desafios interpretativos que surgiram nas últimas décadas relativamente às dinâmicas de regionalização mundial representam um importante sintoma da recente metamorfose do mundo. Para abordar esta questão, neste capítulo aborda-se o papel da representação do mundo durante o período de globalização neoliberal, os efeitos das crises sistêmicas surgidas a partir de 2008 e a forma como informaram novas regionalizações no mundo. O tensionamento do Sistema Internacional parece advir deste processo.

Palavras-chave: Riscos geopolíticos, segurança internacional, regionalização mundial.

¹ Gostaria de agradecer à historiadora Beatriz Oliveira, que leu atentamente uma versão parcial deste texto e colaborou com seu conhecimento derivado de pesquisas relacionadas à teoria neoeurasiana. Seus comentários foram fundamentais para articular algumas partes deste texto.

Abstract: Challenges to the understanding of world regionalization that have emerged in recent decades represent an important symptom of our World's metamorphosis. To address this issue, this chapter examines the role played by World representations during the neoliberal globalization period, the effects of systemic crises that started in 2008, and the way in which they inform new forms of regionalization in the World. The increased tension of the International System seems to arise from this process.

Keywords: Geopolitical risks, international security, world regionalization.

Introdução

A compreensão das formas como surgem os riscos e ameaças à paz e à estabilidade internacionais estão sempre na agenda dos estudos que se dedicam a compreender dinâmicas na escala mundial. Em diferentes áreas científicas, a discussão a respeito do “internacional” sempre levantou o debate a respeito das crises e mudanças das dinâmicas da política dos Estados. Não haveria de ser diferente com a geopolítica, área de renovado interesse após um certo eclipse das discussões sobre território e soberania na virada do século XX para o XXI. Este trabalho busca compreender de que forma este renovado interesse não se caracterizaria como um sintoma de mudanças importantes, que podem ser compreendidos por meio da noção de riscos geopolíticos.

As discussões a respeito dos riscos à segurança internacional sempre giraram em torno da estabilidade e da conflitualidade internacionais. Assim, os eventos internacionais, as discussões acadêmicas, as sedes acadêmicas deste debate estiveram sempre reunidos no entorno da identificação e da metrificação de ameaças e riscos à segurança que inicialmente foi tratada como nacional e posteriormente como internacional. A mudança de escala demonstra a amplitude dos desafios que já na década de 1950 se apresentavam para compreender estas dinâmicas. A multiplicação de publicações recentes a respeito de uma renovação da geopolítica, ou ainda do seu “retorno”, na realidade demonstram que há novos desafios e novos fenômenos neste

âmbito (Teixeira Fernandes, 2017; Guzzini, 2021; Morgado, 2023). Há, ao mesmo tempo, uma “derivação semântica” no uso do termo geopolítica, ao mesmo tempo muito utilizado no debate público, mas que vem perdendo força analítica em razão da pluralidade de significados possíveis (Correia, 2018).

Neste sentido, o que se pretende analisar neste capítulo é a relação entre a construção política de novas regiões mundiais, que gradual e constantemente vêm povoar a nossa realidade, e os riscos geopolíticos. Antes de se tornarem políticas de segurança dos governos mundo afora, as regiões geopolíticas mundiais são construtos sociais, que ajudam a compreender de que forma se faz, atualmente, a “*mediação entre o singular e o universal*” e se “[...] *pode permitir revelar a espacialidade particular dos processos sociais globais*” (Lencioni, 2014, p. 194).

Cabe assim questionar-se quais são as dinâmicas que levaram à formação destas representações, que geralmente conformam geografias vernaculares importantes de referência ao estado atual das coisas no mundo. Estas grades analíticas guiam não apenas os formuladores e decisores de políticas públicas, mas informam a maneira como a própria população mundial constrói as grades analíticas de localização e posição a respeito da sua existência (Claval, 2011) com escalas geralmente consideradas distantes, ainda que afetem diretamente o cotidiano das pessoas (Massey, 2013).

Por este motivo, aqui, pretende-se explorar algumas das possíveis conexões entre estas dinâmicas recentes na esfera da política internacional e uma renovação da importância dos riscos geopolíticos. Nas primeiras duas décadas do século XXI, uma gradual e constante expansão do temário abrangido pelas políticas de segurança adotadas pelos Estados tem causado importantes impactos na forma de regionalizar-se o mundo. Da Guerra ao Terror no início do século XXI à invasão da Ucrânia por parte da Federação Russa em 2022, incluindo-se aí um rol complexo e intrincado de diferentes processos geopolíticos, elementos importantes foram conjugando-se para fundamentar, a priori e a posteriori, políticas estatais no âmbito da segurança em diferentes escalas (Graham, 2016; Scahill, 2014). A partir de meados da década de 2010, porém, estes processos parecem acelerar-se e diversificarem-se daqueles observados no período anterior marcado pela globalização neoliberal institucionalizada. São estes processos o foco de análise neste capítulo.

As reflexões aqui propostas encontram-se no bojo de recentes debates que vêm sendo propostos em meio à compreensão de dinâmicas geopolíticas atuais que vêm marcando o Sistema Internacional (Blum, 2024). O aparente tensionamento do cenário mundial em suas facetas política, econômica e cultural levanta uma série de questões, que inclusive levam ao necessário questionamento dos conceitos e das teorias utilizadas atualmente para compreendê-lo (Beck, 2018). Dentre as discussões que se referem a esta importante questão do nosso tema, este trabalho se dedica a uma fração específica: aquela que se refere à geopolítica na atualidade. Termo variadamente utilizado por diferentes especialistas com os mais diferentes objetivos (Correia, 2018), a geopolítica parece, após uma somatória de crises que impactaram o mundo nas últimas décadas, ter retomado a sua centralidade. Questiona-se, portanto, qual o atual conteúdo das dinâmicas geopolíticas que mobilizam este tensionamento em diferentes escalas da política internacional. Em específico, traz-se à discussão a implicação dos riscos geopolíticos para pensar as tendências de políticas de segurança com incidência territorial. Algumas das principais dinâmicas nesta área parecem derivar não necessariamente de uma “renascença” da geopolítica, mas do acúmulo de uma série de desafios ao exercício da soberania na atualidade.

De forma a ser possível realizar a reflexão a que este texto se propõe, as reflexões aqui apresentadas estão divididas em três seções. Em um primeiro momento, busca-se compreender quais foram os fundamentos que estabeleceram o chamado “fim da Guerra Fria” como um momento refundador das distintas regionalizações do mundo que vicejaram nas décadas de 1990 e 2000. A sublimação da oposição bipolar que marcou o Sistema Internacional a partir de meados da década de 1980, assim como a expansão da globalização neoliberal institucionalizadas parecem ser importantes para compreender as “divisões de valores” que serão debatidas neste momento. Serão analisadas, aqui, as propostas de regionalização global que marcaram este período, que geralmente criaram binarismos importantes para a representação do mundo de diferentes formas. Liberdade, cultura, economia são alguns dos fundamentos destas regionalizações usadas então.

Estas regionalizações, porém, começam a ser disputadas enquanto matrizes interpretativas a partir da segunda metade da década de 2000, principalmente após o início da Grande Recessão e sua longa sombra sobre o cenário internacional.

Alguns movimentos antecedem o período de grave crise econômica e financeira que se iniciou em 2008, como as declarações de Vladimir Putin na Conferência sobre Segurança de Munique em 2007. Os efeitos da crise, porém, promovem ainda mais movimentos importantes de constrição da circulação nos territórios nacionais: de capitais, inicialmente; de recursos econômicos, posteriormente; de pessoas, por fim. A chamada “crise de refugiados” de 2015 que se abateu sobre a Europa é uma derivação direta da Primavera Árabe, também causada pelas dinâmicas relativas à crise. A estas duas somam-se as crises causadas pela pandemia de COVID-19, a partir de 2020, e a guerra na Europa, ponta de lança de um movimento anteriormente percebido em outras regiões do mundo e que alcança a Ucrânia em 2022.

A somatória destes movimentos é o foco de discussão da última seção deste texto. Ao avanço das práticas de governança econômica que procuraram avançar projetos mais radicais de administração neoliberal da economia, soma-se uma retomada de alguns “direitos” do Estado de intervir. Estes direitos estão ligados às crises anteriormente citadas: acesso a recursos econômicos, definição dos recursos que poderiam ajudar na mitigação da pandemia de COVID-19, a necessidade de estabelecer sanções em razão da ação bélico-política de outros países. Proponho, portanto, analisar as recentes tendências de (re)articulação em termos de segurança internacional a partir da ideia de riscos geopolíticos, que envolvem não apenas os riscos militares e de defesa, mas inclusive a própria execução do poder político por parte dos Estados atualmente. É esta a discussão da última parte deste trabalho, e a questão de análise que mobiliza todas as discussões aqui propostas.

As regionalizações variadas de um “mundo aberto”: Legados da globalização neoliberal institucionalizada

Se é possível considerar que atualmente passa-se por uma reorganização das possíveis regionalizações aplicadas à escala mundial, faz-se necessário considerar quais eram as grades analíticas utilizadas em momentos anteriores. Ao longo da história, diversas foram as regionalizações construídas pelas sociedades humanas ao considerar sua relação com a totalidade universal.

O “ecúmeno” que surge inicialmente enquanto uma forma de demarcação de igualdade diante das diferentes formas de cristandade possível na Europa medieval (Fabrício, 2023) vai ser, posteriormente, objeto de estudo científico por parte dos geógrafos no início da empreitada científica da área, já significando a totalidade do espaço ocupado pela humanidade no globo (Dollfus, 1990). À medida em que as sociedades vão dando vazão às suas dinâmicas, também as formas de representação e de (auto)localização vão não apenas se multiplicando, mas alterando-se de forma significativa (Claval, 2014). As recentes regionalizações geopolíticas que serão posteriormente pontuadas neste trabalho, como a formulação de uma política estratégica dos Estados Unidos da América que faz referência explícita à área do “Indo-Pacífico”, devem ser compreendidas também dentro desta dinâmica.

Nas palavras de Antônio Carlos Robert Moraes (2005), trata-se de um processo importante da “*construção do hábitat*”, que “*necessariamente envolve projeções, pré-ideações, avaliações, enfim formas de consciência do espaço*” formadas pelos grupos humanos enquanto “*reflexões sobre o espaço ocupado*” (p. 27). Se a construção destas formas de percepção e consciência do espaço podem ser investigadas no nível das comunidades, elas também são importantes fundamentos nas tomadas de decisões do Estado e, portanto, compõem um temário de importante análise quando da formulação de políticas de segurança. Na realidade, forma-se um pensamento geográfico que está em diálogo, mas não é exclusivo da produção acadêmica, uma vez que é composto por

“[...] *um conjunto de discursos a respeito do espaço que substantivam as concepções que uma dada sociedade, num momento determinado, possui acerca do seu meio (do local ao planetário) e das relações com ele estabelecidas. Trata-se de um acervo histórico e socialmente produzido, uma fatia da substância da formação cultural de um povo.[...] Em meio a estas múltiplas manifestações vão sedimentando-se certas visões, difundindo-se certos valores. Enfim, vai sendo gestado um senso comum a respeito do espaço. Uma mentalidade acerca de seus temas. Um horizonte espacial, coletivo*” (Moraes, 2005, p. 32).

São diversas as fontes das quais emergem estas representações espaciais, e também aquelas que nos interessam aqui, de caráter regional-global. Estas representações, como indica Moraes (2005) “[...] *emergem em diferentes contextos discursivos, na imprensa, na literatura, no pensamento político, na ensaística, na pesquisa científica etc.*” (p. 32), e dependem também da sua circulação por diferentes meios, construindo fluxos globais de compartilhamento, emissão e recepção de representações espaciais (Livingstone, 2003), num “[...] *processo que não é isento de tensões, antagonismos, e muito menos autônomo em relação ao movimento político da sociedade*” (Moraes, 2005, p. 33). De acordo com Sandra Lencioni, trata-se de tentar compreender como se constrói a ideia de totalidade, para então compreender as particularidades (e vice-versa):

“[...] *a totalidade tem dimensões variadas de acordo com as sociedades e os momentos históricos determinados. Por isso, tornou-se indispensável procurar compreender para cada momento, segundo as culturas ou civilizações, o que era entendido como mundo, que exprimimos como sendo o horizonte geográfico. Nesses termos, a ideia de mundo, o horizonte geográfico, acabou tomando um sentido relativo de acordo com a história*” (Lencioni, 2014, p. 199).

Dependentes, portanto, do contexto histórico e social de um determinado período, essas representações podem ser contrastadas com o legado de períodos anteriores. E, no caso das reflexões que aqui se propõe realizar, há uma importante herança das representações que se fez do mundo logo após o grande evento internacional¹ que foi o fim da Guerra Fria.

Nominalmente, falar em “fim da Guerra Fria” é referir-se ao fim de um tensionamento do Sistema Internacional no final do século XX. Do início da

¹ De acordo com Buzan e Hansen (2012), os eventos são acontecimentos ou processos históricos que, embora pareçam ser originários do senso comum, constituem momentos analiticamente decisivos para a análise das dinâmicas de segurança internacional: “*O reconhecimento (ou não) por parte de políticos, instituições, da mídia e do público de que algo é de tal importância que deveria ser dada uma resposta, mesmo que, possivelmente, em termos militares, é que faz disso um ‘evento’*” (Buzan; Hansen, 2012, p. 100).

década de 1950 até meados dos anos 1980, as relações da política internacional haviam-se organizado no entorno da política de blocos, uma organização em que a interdependência econômica caminhava lado a lado com a interdependência estratégica. Em meio à disputa pela capacidade de organizar da melhor maneira as sociedades humanas, os blocos capitalista e comunista dependiam também das superpotências que, atingindo a capacidade nuclear nos anos 1940 e 1950, serviam de guarda-chuva estratégico para si. A divisão internacional do trabalho, tanto econômica quanto estratégica, se dava de acordo com as funções que as elites governativas estabeleciam entre os diversos países do bloco e o dirigismo de Estados Unidos e União Soviética com relação ao funcionamento dos blocos em específico (Patula, 1990; Dullin *et al.*, 2020).

É importante, portanto, compreender que o fim da Guerra Fria não representou apenas uma mudança estratégica – o fim da bipolaridade em razão da implosão da União Soviética. O processo que foi a invasão do Afeganistão por esta em 1979 até a invasão do Iraque pelos Estados Unidos durante a Guerra do Golfo, em 1991, também significou o realinhamento econômico da participação de diferentes países no, agora, único bloco possível: aquele da economia liberal com forma política democrática. Assim, “[...] *o fim da Guerra Fria deixou os Estados Unidos como a única superpotência e marcou a vitória da economia de mercado sobre o socialismo*” (Stiglitz, 2003, p. 33).

Os simbólicos movimentos ocorridos sobretudo, mas não apenas, em 1989 como a queda do muro de Berlim, a realização de eleições que levaram sindicatos anti-soviéticos ao poder e a aproximação entre a Igreja Católica e o governo de Ronald Reagan nos Estados Unidos foram a materialização de um processo que, em realidade, teve um papel mais importante por reorganizar econômica- e estrategicamente o Sistema Internacional. Esta reorganização da arquitetura política internacional se deu, portanto, em dois âmbitos que promoveram a “abertura” dos territórios.

Por um lado, o predomínio tecnológico da máquina de guerra dos Estados Unidos, demonstrados tanto na Guerra do Golfo quanto nas Guerras dos Balcãs, remodelou a figura tanto do ator hegemônico do Sistema Internacional. Este já não precisava mais pensar num “fora” onde vicejava um outro tipo de sistema político, econômico e ideológico, e, portanto, não precisava mais focar o desenvolvimento

de capacidade bélica contra um inimigo estatal (Chamayou, 2015; Buzan; Hansen, 2012; Anderson, 2015). Seu foco passou a ser, então, a administração do bom funcionamento da economia global, menos com a ideia de guerrear contra uma ameaça interna e mais realizando uma administração territorial do todo global que permitisse a melhor fluidez possível dos bens económicos e dos capitais (Hurrell, 2005; Pecequillo, 2012).

Por outro, a sua centralidade econômica anteriormente restrita ao funcionamento do sistema capitalista e, a partir dos anos 1990, estendida à escala global, permitiu realizar as reorganizações económicas necessárias no Sistema Internacional. O panorama econômico mundial passou por diferentes rearranjos, que privilegiaram a reestruturação dos fluxos comerciais e financeiros, com ênfase na redução dos custos de operação (Stiglitz, 2003). Assim, as lógicas de interdependência econômica anteriormente existentes no bloco capitalista da Guerra Fria se viram tão afetados pela globalização neoliberal quanto os movimentos ocorridos nos antigos países de regime comunista.

Esta reorganização é, essencialmente, territorial, uma vez que a economia que prevaleceu neste período foi marcada pela sua natureza reticular, informacional e global em alcance (Castells, 1999). Neste sentido, a adaptação das economias nacionais tinha como foco facilitar as trocas ponto a ponto, e não mais numa lógica de desenvolvimento territorial contíguo como anteriormente em vigência. Os fluxos de capital, por sua vez, passaram a ter como objetivo não necessariamente o financiamento da produção industrial, mas sim a sustentação do fluxo de comércio que poderia falhar em algum ponto do sistema, mas que não poderia colocar em risco as ligações em funcionamento que passaram a conectar o globo por meio do mercado financeiro (Santos, 2011; Bauman, 2001).

Abertura de mercados para o funcionamento do sistema financeiro internacional; abertura dos territórios em razão das tecnologias de vigilância e controle que passaram a basear a atuação dos Estados Unidos no pós-Guerra Fria em conflitos ao redor do mundo: eis o “mundo aberto” em que se inserem as regionalizações que prevaleceram na década de 1990 e no início dos anos 2000. Foi com base nestes princípios que estas regionalizações formaram um sentido de globalização específico, fortemente pautado no avanço das tecnologias de comunicação e informação, e que

tinha na ligação – seletiva, não para todos – com “o mundo lá fora” a sua principal imagética (Massey, 2000; 2013). São esses os substratos que será possível identificar nas propostas apresentadas por ONGs, governos e empresas no início deste século.

Uma destas regionalizações é o “Mapa da Liberdade Mundial”. Esta iniciativa remonta a 1972, quando o director-executivo da *Freedom House*, organização não-governamental estadunidense, contratou especialistas para investigar variações da liberdade política no mundo. Promovida de início como uma enquete baseada em dados e posteriormente espacializada no “Mapa da Liberdade Mundial”, esta pesquisa era baseada, como aponta Sarah Sunn Bush (2017), em uma aproximação quantitativa por parte do investigador responsável, Raymond Gastil. De acordo com Bush (2017),

“Desde o início, Gastil avaliou os países anualmente em termos de seus direitos políticos e de suas liberdades civis em uma escala de sete pontos. Adicionalmente, ele aferiu aos países avaliações gerais de “livres”, “parcialmente livres” e “não-livres”. Esta aproximação básica permanece até hoje” (Bush, 2017, p. 716)².

Durante a edição de 1991-1992 do relatório emitido pela *Freedom House*, esta foi a grade analítica utilizada para identificar padrões globais de liberalização econômica e política. Em termos regionais, a análise realizada foi dividida da seguinte maneira: Estados Unidos; União Soviética e Europa oriental; Ásia; África; Médio Oriente; América Latina e Caraíbas; e, Europa Ocidental. O pesquisador responsável pelo balanço global a respeito destas tendências, R. Bruce McColm, vaticinou em sua avaliação do estado da liberdade do mundo neste período:

“O século XX está fechando dramaticamente uma grande era histórica que começou com a Revolução Russa e a assinatura do Tratado de Versalhes, e terminou com a fissura do Muro de Berlim e a eventual implosão da União Soviética. Os últimos três quartos do século

² Tradução livre. No original, “*From the outset, Gastil rated countries annually in terms of their political rights and civil liberties on sevenpoint scales. In addition, he assigned countries overall ratings of ‘free,’ ‘partly free,’ and ‘not free.’ This basic approach remains in place*”.

foram definidos pelo embate amargo entre ideologias, duas Guerras Mundiais, o Holocausto, o Gulag, a Revolução Cultural Chinesa, e sua reprodução em muitos outros conflitos menores ao longo do mundo em desenvolvimento. Esta era permanece como uma das mais sangrentas na história humana e pode muito bem ser vista no futuro como um período aterrador. Ainda assim, a ideia liberal democrática, que enfrentou três ondas de revés nos anos 1920, 1940 e 1970, triunfou sobre os desafios colocados pelo fascismo na primeira parte desta era e pelo comunismo e seus derivativos na segunda” (McColm, 1992, p. 47)³.

Na visão de McColm (1992), a mudança dos regimes políticos e econômicos adotados no período geralmente demarcado como sendo o “fim da Guerra Fria” ocorreu de maneira voluntária, representando “a maior expansão da liberdade na história” (p. 47). Para ele,

“Mais de um terço das nações na terra, abrangendo quase 30 por cento da população humana, conscientemente decidiu alterar radicalmente seus sistemas políticos em direção a formas mais abertas e democráticas de governo. O século XXI novamente desafiará a democracia liberal com questionamentos relativos à sua habilidade de produzir prosperidade e um sistema social justo” (McColm, 1992, p. 47)⁴

³ Tradução livre. No original, “The twentieth century is dramatically closing on one grand historical epoch that began with the Russian Revolution and the signing of the Treaty of Versailles, and ended with the breach in the Berlin Wall and eventual implosion of the Soviet Union. The last threequarters of a century have been defined by a bitter clash of ideologies, two World Wars, the Holocaust, the Gulag, the Chinese Cultural Revolution, and their reproduction in many smaller conflicts throughout the developing world. This old epoch remains the bloodiest era in human history and may well be viewed in the future as an aberrant period. Yet remarkably, the liberal democratic idea, which faced three waves of reverses in the 1920s, 1940s and 1970s, triumphed over the challenge posed by fascism in the first part of this era and over communism and its derivatives in the second”.

⁴ Tradução livre. No original, “Over one-third of the nations on earth, encompassing nearly 30 percent of the earth’s population, have consciously decided to radically alter their political systems for more open and democratic forms of government. The twenty-first century will again challenge liberal democracy with questions concerning its ability to produce prosperity and a just social system”.

É importante notar, como o faz Sarah Bush (2017), que ainda que a *Freedom House* faça essa regionalização tendo como objetivo central influenciar as decisões políticas do governo estadunidense, seu impacto é muito mais abrangente. Num período no qual, como indicado acima, a liberalização econômica era pareada com a liberalização política, a “abertura” social nestas duas áreas foi crucial, inclusive, para decisões de investimentos internacionais e para reger os fluxos comerciais em diferentes países (Stiglitz, 2003). De forma significativa, a iniciativa da Freedom House criou um binarismo importante: não haviam mais países classificados como “parcialmente livres”. Ou um país era totalmente aberto e, portanto, “livre”, ou era “não-livre”, o que significava, nesse período histórico, não-aberto à globalização econômica tampouco.

Se a divisão binomial do mundo em países “livres” e “não-livres” condizia mais com os interesses do governo americano e das organizações civis de seu país em compreender o mundo que então deveriam dirigir, outras têm mais espaço para atuação específica dos países envolvidos. Foi na década de 1990 que uma série de iniciativas de integração regional renovaram a paisagem política mundial em termos de regionalização da política internacional. Seja no caso de instituições que tiveram seus processos aprofundados, como a União Europeia, seja nas instituições criadas no início da década de 1990 para fomentar as trocas comerciais como é o caso do Mercado Comum do Sul (Mercosul), a regionalização produtiva teve um importante papel na definição das dinâmicas internacionais.

Segundo Claudete de Castro Silva Vitte (2006), analisando o caso da América do Sul neste período, estas iniciativas foram aquelas “[...] *propostas para otimizar as trocas internacionais, tendo como referência os chamados eixos de integração e desenvolvimento, recortados considerando o maior fluxo de intercâmbios e as potencialidades econômicas*” que poderiam emergir da sua estruturação (p. 34). Para Vitte (2006),

“As estratégias de integração foram elaboradas a partir da análise da localização das principais riquezas naturais da América do Sul, as formas como poderiam ser utilizadas e a infra-estrutura necessária para seu aproveitamento, considerando as oportunidades de integração física mais evidentes, a consolidação das cadeias produtivas competitivas, e

a redução de custos. A integração propugnada nessa iniciativa visa a aumentar a fluidez do território para facilitar o escoamento dos recursos naturais e dos principais produtos da pauta de exportação dos principais países da região, sem considerar os impactos ambientais e sem uma ampla discussão com a sociedade, mas com um forte apoio das agências multilaterais de fomento” (Vitte, 2006, p. 35; grifo no original).

Neste sentido, os projetos ou instituições de integração regional que vão povoar o cenário internacional com maior ou menor força na primeira metade da década de 1990 levam geralmente um nome demarcador de seu âmbito de atuação geográfica. Encontram-se, assim, a União *Europeia*, o Acordo de Livre-Comércio *Norte-Americano* (NAFTA, na sigla em inglês), o Mercado Comum do Sul (da América do Sul), a Associação de Nações do *Sudeste Asiático*, a União *Africana*, entre outros. A liberalização económica anteriormente referida levará à integração regional como potencial saída para uma produção de escala e a exportação de bens e serviços para o mundo, numa dinâmica de “glocalização” que buscará eleger os pontos mais lucrativos do território nacional para articulá-los em escala supranacional-regional (Swyngedouw, 2010; Peck, 2010). Bertha Becker (2012) chamará a atenção, nesse caso, da transformação do conteúdo territorial dos Estados para uma lógica de “território-plataforma”, em que a administração e o ordenamento dos territórios passará a se basear na lógica de provimento para o mercado estrangeiro, e moldará as opções destes processos de integração regional.

É importante sublinhar que as regionalizações analisadas acima são aquelas que dão maior ênfase à abertura comercial dos territórios nacionais. A formação de blocos comerciais, ligada como indicado, à abertura da política institucional, promoveu uma importante mudança nos processos de regionalização, anteriormente marcados pela política de blocos. Estrategicamente, porém, é importante notar que também houve processos de mudança no uso da força no cenário internacional, que resultaram em suas próprias regionalizações.

O período que vai do fim dos anos 1970 até o início dos anos 1990 foi marcado por uma importante decisão do governo estadunidense: investir no desenvolvimento tecnológico como mecanismo de superar a paridade nuclear com

a União Soviética vivenciada anteriormente. A começar com o governo de Ronald Reagan (1981-1989), a administração federal estadunidense estabeleceu políticas para “[...] *aumentar o orçamento em defesa, fortalecer a presença dos EUA em áreas geopoliticamente estratégicas, como Oriente Médio e Ásia Central*”, além de lançar “[...] *o projeto de contenção de ataques nucleares, chamado, a princípio, de Iniciativa de Defesa Estratégica (IDE), posteriormente rebatizado de projeto Guerra nas Estrelas*” (Brigola, 2020, p. 132; grifo no original).

É importante notar que o desenvolvimento tecnológico proposto dentro do escopo destes projetos adveio do impacto que a Guerra do Vietname (1955-1975) causou na política interna estadunidense. Baseada nas práticas de contrainsurgência, esta guerra teve como consequência principal a transformação das tropas dos EUA de conselheiros e instrutores de treinamento em combatentes ativos, diretamente engajados no terreno. Esta mudança teve um papel importante na consideração dos grupos conservadores americanos de que a luta deveria ser feita pelo investimento em tecnologia bélica de longo alcance, e no envolvimento direto das forças armadas locais de regiões em disputa, e não com tropas americanas diretamente engajadas no combate. Os quase sessenta mil mortos levaram à constatação de que o alcance dos interesses estratégicos dos EUA deveria ser garantido pelo desenvolvimento tecnológico e por uma diplomacia mais agressiva.

É esse espírito que justifica a reorganização das articulações estratégicas dos EUA na década de 1980. O projeto *Guerra nas Estrelas*, ou IDE, buscou criar mecanismos de eliminação de armas nucleares soviéticas no espaço aéreo e sideral, criando sistemas de alarme antecipado e de emissão de mísseis de longo, médio e curto alcance para evitar a aproximação das ogivas nucleares do território americano (Brigola, 2020; Dullin *et al.*, 2020). Isso levou à reorganização da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO, na sigla em inglês), que a partir deste período passou a ter na Europa Ocidental e no Mediterrâneo oriental suas principais bases de instalação deste tipo de mecanismo de eliminação de mísseis de longo alcance. Isso permitiria, também, ao governo dos Estados Unidos manter sua política de não-proliferação de armamentos nucleares, desenvolvendo uma estratégia que também foi apresentada como dando mais segurança aos parceiros europeus da organização (Vaïsse, 2020).

Por sua vez, as “guerras cirúrgicas” aplicadas pelos Estados Unidos entre 1991, no Golfo Pérsico, e 1999, no Kosovo, demonstraram uma certa supremacia técnica da capacidade militar dos Estados Unidos e de seus aliados da NATO. Após o envolvimento mal-sucedido de tropas europeias em alguns dos conflitos ocorridos na década de 1990, sobretudo em Ruanda e nas guerras da ex-Jugoslávia, a lógica de tornar as tropas ocidentais tropas com pequeno nível de mortalidade. O intuito original, de desenvolver uma capacidade de ação aérea cada vez mais precisa em termos de atingir os objetivos militares no terreno, permitiu reduzir ao máximo os custos de vida para as tropas ocidentais, mantendo a sua capacidade de rápida resposta em termos de operacionalização militar. Para seus inimigos, porém, isso significou uma importante inversão de valores, instituindo alguns valores presentes até hoje na gramática bélica, como “danos colaterais”, imiscuídas com o desenvolvimento de equipamentos aéreos não-tripulados, os *drones* (Chamayou, 2014).

Os caminhos trilhados pela coalização ocidental, sobretudo em razão da primazia bélica dos Estados Unidos após o fim da Guerra Fria, estabeleceram alguns dos fundamentos da mudança de escala que marcou as regionalizações estratégicas do período. O investimento – financeiro e discursivo – feito na “guerra nas estrelas” e na instrumentalização do espaço aéreo como ambiente privilegiado de combate também teve suas consequências na escalaridade das análises que focavam na conflitualidade mundial. Isso significa dizer que da política de blocos, em que os territórios nacionais compunham um todo estratégico importante, passou-se a uma divisão em termos mais amplos, e menos precisos.

Passam a reaparecer os “grandes espaços” como *locus* da regionalização estratégica do mundo, somando-se a outras discussões que marcaram o período, como aquela que propunha o fim do Estado (Ohmae, 1996). Talvez uma das mais significativas destas tentativas de regionalização mundial tenha sido aquela proposta enquanto um “choque de civilizações” por Samuel Huntington (1997).

A proposta de Huntington (1997) baseia-se na ideia de que a eliminação da política de blocos, assim como a abertura política e econômica dos países ao redor do mundo, levou à acentuação da identidade cultural como elemento fundamental de mobilização política. Escrevendo durante um período em que o papel do nacionalismo e da mobilização “étnica” teve atenção renovada dos analistas

do Norte Global, Huntington (1997) aponta para a necessidade de considerar a cultura como o principal enquadramento da visão de mundo das pessoas. Esta visão de mundo, em sistemas políticos democráticos e em regimes econômicos em que as trocas comerciais tendem a se dar nos circuitos regionais dos processos de integração anteriormente indicados, tende a se espalhar para o apoio a projetos políticos que têm sua sustentação na cultura.

Por isso, para Huntington (1997), a fonte da conflitualidade internacional, ou seja, o motor dos conflitos internacionais que adviriam deste novo momento, centrar-se-ia a partir dos anos 1990 nos grandes espaços das civilizações mundiais. Adaptando uma discussão realizada em outros campos de pesquisa, Huntington (1997) propõe a separação do mundo em grandes espaços demarcados pela prevalência de um conjunto específico de elementos culturais, políticos e religiosos. Assim, separa o mundo em sete civilizações, não sem alguns recortes arbitrários e fortes questionamentos sobre suas proposições: as civilizações ocidental, ortodoxa, islâmica, africana, latino-americana, sínica, hindu, budista e japonesa. São estas regiões que deveriam pautar a formulação e execução da política externa dos EUA, segundo Huntington (1997), uma vez que a política externa dos outros Estados estaria, naquelas condições, fundamentada na identificação cultural entre países da mesma civilização.

Huntington (1997), de certa forma, representa uma importante tendência que emerge ao fim do século XX, influenciada também pelas ideias de aldeia global e de desafios mundiais. Trata-se de um conjunto de obras que marcarão o espaço global como dividido nestes grandes espaços, e que terão forte influência ou servirão de justificativas para a atuação estratégica dos EUA e dos países ocidentais no turbulento início do século XXI.

O chamado “novo mapa do Pentágono” foi parte deste movimento. Teoria proposta por Thomas P. M. Barnett (2016 [2003]) logo após a invasão estadunidense ao Afeganistão – que em muito foi informada pela lógica de oposição entre a civilização e a barbárie (Bush, 2001) – esta perspectiva a respeito da nova divisão do mundo buscava, explicitamente, formular uma *“teoria operativa do mundo – e uma estratégia militar que a acompanhe”* (Barnett, 2016 [2003], s/p). Tanto a “teoria operativa do mundo” quanto a “estratégia militar” que dela deriva, para Barnett

(2016 [2003]) podem ser definidas a partir do seguinte adágio: “a desconexão define o perigo”. A motivação para realizar a invasão no Iraque em 2003 não adviria, portanto, apenas de uma oposição cultural, mas teria um importante fundamento no aprofundamento da própria globalização, em suas aberturas política e econômica:

“É por este motivo que o debate público sobre esta guerra se tornou tão importante: ele força os estadunidenses a enfrentar aquilo que acredito ser o novo paradigma securitário que formata esta era, nomeadamente, que a Desconexão define o perigo. O regime criminoso de Saddam Hussein está perigosamente desconectado do mundo globalizado, de seu conjunto de regras, de suas normas, de todos os laços que reúnem os países numa dependência mutuamente assegurada” (Barnett, 2016 [2003]), s/p; grifo no original).⁵

A divisão do mundo, desta forma, se enquadra em novo binarismo, mas que não se confunde com aquele do período da Guerra Fria. Esta nova divisão do mundo em dois conjuntos, anunciada acima, constrói uma oposição entre a região do mundo em que a globalização neoliberal institucionalizada “tomou lugar”, e aquelas regiões não-integradas. Estas, ao não se inserirem nas aberturas política e econômica, ameaçam a segurança das regiões globalizadas e, como a globalização é altamente dependente do desenvolvimento das tecnologias de circulação, de comunicação e de informação (Santos, 2011), as partes do mundo não-integradas representam uma ameaça à estabilidade das regiões inseridas na globalização. Como afirma Barnett (2016 [2003]),

“Mostre-me onde a globalização é adensada por meio de conectividade de redes, de transações financeiras, de fluxos de mídia liberais e da segurança coletiva, e eu lhe mostrarei as regiões nas quais

⁵ Tradução livre. No original, “*That is why the public debate about this war has been so important: It forces Americans to come to terms with what I believe is the new security paradigm that shapes this age, namely, Disconnectedness defines danger. Saddam Hussein’s outlaw regime is dangerously disconnected from the globalizing world, from its rule sets, its norms, and all the ties that bind countries together in mutually assured dependence*”.

figuram governos estáveis, aumento da qualidade de vida e mais mortes por suicídio que por homicídio. A essas partes do mundo eu chamaria de Núcleo Funcional, ou Núcleo. Mas me mostre onde a globalização é ténue ou simplesmente ausente, e eu lhe mostrarei as regiões atormentadas por regimes políticos repressivos, pobreza e doenças disseminadas, assassinatos em massa rotineiros e – mais importante ainda – os conflitos crônicos que incubam a próxima geração de terroristas globais. A essas partes do mundo eu chamo de Fenda Não-Integrada, ou Fenda” (Barnett, 2016 [2003]), s/p)⁶

Para Barnett (2016 [2003]), a principal consequência desta divisão do mundo seria a possibilidade de os Estados Unidos “exportarem segurança” para as regiões não-conectadas. Estas, dando continuidade à lógica de Huntington (1997) e outros atores, não se confundem com as fronteiras oficiais entre os Estados: dentro de países como o Brasil, regiões como a faixa de fronteira são consideradas como não-integradas, contra o resto do território, considerado como parte do Núcleo Funcional da globalização. A própria existência de regiões renitentes à globalização, na visão de Barnett (2016 [2003]) representa uma ameaça em si, já que “[...] o comprometimento militar de longo prazo finalmente forçará os Estados Unidos a lidar com a Fenda como um todo enquanto um ambiente de ameaça estratégica” (s/p).⁷

A instabilidade securitária foi, de facto, um grande paradigma que é um dos responsáveis por lançar a longa sombra do fim da Guerra Fria sobre as análises feitas relativamente ao Sistema Internacional. As produções académicas relativas ao tema da Segurança Internacional também refletiram, de certa forma, este espírito de tempo,

⁶ Tradução livre. No original, “*Show me where globalization is thick with network connectivity, financial transactions, liberal media flows, and collective security, and I will show you regions featuring stable governments, rising standards of living, and more deaths by suicide than murder. These parts of the world I call the Functioning Core, or Core. But show me where globalization is thinning or just plain absent, and I will show you regions plagued by politically repressive regimes, widespread poverty and disease, routine mass murder, and—most important—the chronic conflicts that incubate the next generation of global terrorists. These parts of the world I call the Non-Integrating Gap, or Gap*”.

⁷ Tradução livre. No original, “*the resulting long-term military commitment will finally force America to deal with the entire Gap as a strategic threat environment*”.

e a sua materialização mais representativa talvez seja aquela feita por Barry Buzan e Ole Waever (2003), que deram à escala da região a preponderância de definição das estratégias de segurança dos países no início do século XXI, evocando um processo de fechamento dos territórios que se aprofundará no final da década de 2000.

A proposta de Buzan e Waever (2003) se pauta na mesma supremacia militar estadunidense anteriormente indicada. Para os autores, em razão desta condição estruturante do Sistema Internacional, as dinâmicas securitárias dos Estados no século XXI estariam mais relacionadas com seus vizinhos próximos e países cuja presença se impõe a um conjunto maior de Estados. Assim, ainda que no plano global os Estados Unidos cumprissem a função de ordenação das lógicas de segurança mundial, as práticas de defesa estariam mais localizadas na escala regional que na escala global, como era o caso durante o período da Guerra Fria (Buzan; Waever, 2003).

Desta forma, os autores deram uma atenção importante à regionalização das lógicas de segurança, dividindo o mundo em nove complexos regionais de segurança. Estes seriam os complexos mais estruturados e que marcariam as políticas estratégicas dos países das regiões onde vigoram: na América do Norte (que inclui também a América Central e o Caribe), na América do Sul, na Europa, no espaço pós-soviético, no Médio Oriente, na África Austral, na Ásia Meridional e na Ásia Oriental (que também inclui a Austrália e a Nova Zelândia; Buzan; Waever, 2003). Há também, na proposta de divisão dos autores, divisões supra- e intrarregionais: a Europa e o espaço pós-soviético encontram-se ligados, assim como os complexos da Ásia Meridional e da Ásia foram considerados como componentes do chamado “supercomplexo asiático”; já as regiões da África Ocidental e do Chifre da África são, cada uma, consideradas enquanto um proto-complexo, ainda em processo de consolidação segundo os autores (Buzan; Waever, 2003).

O que cabe considerar é que a proposta de Buzan e Waever (2003), além de chamar a atenção para a forma como as questões de segurança dos países não podem ser consideradas de forma isolada, teve uma grande influência no ambiente acadêmico e estratégico que discute estas dinâmicas globais. A proposta de divisão regional das lógicas de segurança no mundo seguiu, nesse sentido, a proposta de alterar as escalas relevantes para compreender a questão da segurança no mundo,

ainda que não sem críticas relativamente à visão altamente eurocentrada da regionalização proposta (Buzan; Hansen, 2012).

A ideia de grandes espaços marcados pela lógica de segurança, porém, não foi disseminada apenas na academia. Como apontam produções também advindas da discussão no âmbito militar, como a reflexão de Luís Tomé (2010) a respeito da própria ideia de complexos de segurança, os formuladores e tomadores de decisão também foram influenciados por diferentes propostas relativamente à regionalização do mundo que passou a se apresentar a partir do início do século XXI. E, em razão dos resultados práticos destas discussões, não se poderia deixar de discutir a proposta de mundo multipolar apresentado por Alexandr Dugin (2002), ideólogo da direita nacionalista russa e que teve importante penetração nos círculos de decisão estratégica em seu país.

Dugin (2002) recupera a produção de dois autores para propor a divisão do mundo naqueles que ele mesmo nomeia como “grandes espaços”. Por um lado, lhe interessa a geopolítica belicista e que propõe a quebra do *status quo* da Paz de Versalhes proposta por Karl Haushofer na década de 1930. Por outro, se assenta nas discussões sobre legitimidade política feitas por Carl Schmitt (2014), e sua relação com a expansão da normatização da sociedade e do espaço por parte do Estado.

Para Haushofer (2012), a base da política externa dos países seria o alcance do seu espaço vital, ou seja, da área geográfica que permita o devido crescimento de uma determinada sociedade, cultural e materialmente. É por este motivo que, para ele,

“É dever [da devida] política exterior velar por este espaço vital e conservá-lo ao menos tal e como foi herdado das gerações passadas, expandi-lo quando se torne demasiado limitado, sem colocar a existência do povo em perigo de morte, um perigo inevitável que deve se afrontar com todas as forças necessárias para assegurar a sobrevivência da população” (Haushofer, 2012, p. 330).

É com base nessa ideia, da construção necessária de um âmbito de livre atuação de grandes potências, que Dugin (2002) construirá sua ideia de grandes espaços e de um mundo multipolar. Multipolar, uma vez que a capacidade de atuação

dos países que ordenam o funcionamento dos recortes regionais do mundo deve ser mutuamente assegurada, numa lógica de assentimento à autarquia de cada potência regional. E organizada em grandes espaços, pois não necessariamente esta atuação autônoma de ordenamento regional deve ocorrer por meio da anexação territorial: recuperando as ideias de Haushofer (2012), trata-se da organização de uma zona de cooperação dominada por uma potência regional. Ou, em outros termos, a organização de imperialismos regionalizados, como apontam críticos do pensamento de Dugin (2002).

É por este motivo que em sua teoria Dugin (2002) recupera a noção de “grandes espaços” desenvolvida por Carl Schmitt (2014), sublinhando não apenas a efemeridade da supremacia estadunidense sobre o mundo, mas dando grande importância à capacidade de determinação das concentrações e dispersões das relações entre diferentes povos no mundo, já que para Schmitt (2014),

“Enquanto a história mundial não estiver encerrada, enquanto ela ainda estiver aberta e em movimento, enquanto as condições não estiverem para sempre fixadas e petrificadas, enquanto, em outras palavras, os seres humanos e os povos ainda tiverem um futuro e não apenas um passado, um novo nomos surgirá nas formas fenomênicas sempre novas dos acontecimentos da história mundial. Trata-se, para nós, do evento fundamental que parte o espaço, evento essencial a cada época histórica; trata-se da coincidência estruturante de ordenação e localização na convivência dos povos (...). (...) cada novo período, cada nova época da coexistência entre os povos, impérios e países, entre detentores de poder e formações de poder de toda espécie, se baseia em novas divisões de caráter espacial, novas circunscrições e novas ordenações do espaço da Terra” (Schmitt, 2014, p. 78-79).

É com base nessa argumentação que Dugin (2002) proporrá que o fim da Guerra Fria não significou, como queriam pensadores americanos como Francis Fukuyama (1992), o fim da história. Na realidade, falando a partir da sua posição de “revanchista”, e percebendo a situação da Rússia pós-soviética como uma imposição

de uma potência que se pretendia global, os EUA, Dugin (2002) proporá tanto a execução de uma política externa que aumentasse a capacidade de ordenamento territorial de regiões próximas à Rússia, sobretudo no Leste Europeu e na Ásia Central, ao mesmo tempo em que se deveria excluir os interesses americanos de outras regiões do mundo. Para ele, a dinâmica de funcionamento do sistema internacional permitiria que cada região se desenvolvesse no entorno de um “guardião” regional, que teria a legitimidade e a autoridade de ordenar os países que lhe fazem vizinhança, propondo, portanto, a noção de multipolaridade (Dugin, 2002).

É por este motivo que a regionalização proposta por Dugin (2002) é centrada nas potências regionais: a Alemanha reunificada ordenaria o “grande espaço europeu”, enquanto o Brasil seria o responsável por reunir no entorno de uma política única o “grande espaço sul-americano”. Estas regiões somam-se, na proposta de Dugin (2002), aos grandes espaços trans-saariano, centro-americano, hindu, islâmico continental, árabo-islâmico, japonês, chinês e neopacífico. De forma condizente com os fundamentos teóricos da sua proposta, Dugin (2002) restringe os Estados Unidos à chamada “zona Anglo-americana”, que reúne a Grã-Bretanha e a Irlanda, a Austrália, a Nova Zelândia e o Canadá. A África, a América do Sul e a Europa se ligariam na Zona Euroafricana, enquanto a Zona Pacífico-Extremo-Oriental reuniria o Japão, o Sudestes Asiático e a China. Dugin (2002) retira esta divisão das pan-regiões propostas por Haushofer, o que indica a genética da sua proposição.

Seria errôneo considerar que Dugin age como um “guru” direto de Vladimir Putin na execução da sua política interna e externa. Porém, os conteúdos da sua discussão e a sua proposição de um mundo multipolar baseado nesta lógica de “imperialismo regional” mutuamente consentido tem grande vazão junto às esferas de formulação e tomada de decisão no âmbito estratégico da Rússia e de outros países, por meio da articulação transnacional feita pelos atuais movimentos de extrema-direita (Oliveira da Silva, 2022). Sua proposta de regionalização, portanto, deve ser considerada enquanto uma das mais disseminadas – e potencializadoras de conflitos – na atualidade. O discurso de Vladimir Putin em Munique, durante a Conferência de Segurança realizada naquela cidade em 2007, traz um pouco desta perspectiva como fundamento para o rompimento russo relativamente aos EUA e o “aviso aos europeus” recorrentemente evocado pelo mandatário russo (Putin, 2007).

Estes conflitos, na realidade, constituem-se num dos elementos que contribuem para uma nova regionalização mundial. Como se verá mais adiante, um conjunto de crises fará com que a percepção a respeito das formas de regionalizar o Sistema Internacional mude a partir da Crise Financeira de 2008. Alguns dos pressupostos indicados acima terão sua validade, alguns serão postos em questionamento. De forma significativa, porém, cabe notar que a retórica de “vencedores” e “perdedores” da globalização – ou do neoliberalismo – vai marcar uma oposição importante nas motivações alegadas para anexação territorial e outras formas de uso da violência no mundo a partir do fim da primeira década do século XXI.

As crises da nossa era: O fechamento de territórios a partir de 2008

Se, durante os anos 1990 e início dos anos 2000 prevaleceram visões a respeito da abertura (ainda que extremamente seletiva) dos territórios, os impactos de longa duração da crise financeira de 2008 no funcionamento do Sistema Internacional inauguraram uma nova era. A partir de diferentes movimentos, e com intenções distintas, passou-se a observar gradual, ainda que crescente, vontade política de controlar as formas de circulação nos territórios nacionais. Capitais, pessoas, bens, serviços: diferentes dinâmicas territoriais no mundo demonstram que a circulação das coisas e das pessoas voltava ao centro das atenções em razão dos impactos de longa duração da Grande Recessão.

A crise de 2008 respondeu à dinâmica denominada por Manuel Castells (1999) de sociedade da informação. Entre as suas características principais estão (a) o seu funcionamento tendo como base o provimento de informação como fundamento da produtividade e da competitividade; (b) sua coordenação em escala global, uma vez que diferentes processos da produção e da comercialização se davam em territórios de diferentes países; e, (c) o seu funcionamento em rede, “porque [naquelas] condições históricas, a produtividade é gerada, e a concorrência é feita, em uma rede global de interação entre redes empresariais” (Castells, 1999, p. 119).

Como indicado pelo Instituto das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social (UNRISD, na sigla em inglês), a conformação da economia mundial nesta

arquitetura causou um importante efeito de desigualdade. Esta, para o instituto, deve ser compreendida em diferentes facetas. Pode-se falar em uma desigualdade de oportunidades econômicas, uma vez que a remuneração mais alta se relaciona com os empregos ligados às tecnologias de informação e comunicação, e não aos setores produtivos (sobretudo a indústria). Pode-se falar em uma desigualdade também de oportunidades de mobilidade social, uma vez que o treinamento técnico passa a ser um aspeto relevante da formação de mão-de-obra para estes novos setores. Pode-se falar, também, em uma desigualdade de gênero, uma vez que a presença majoritária de homens nos setores da tecnologia e no mercado financeiro fazem com que esses setores tenham uma disparidade significativa (UNRISD, 2019).

Doreen Massey (2001) chama a atenção para essa característica “diferencial” do processo de globalização e da formação da economia global. Diferentes indivíduos, numa mesma comunidade, em razão dos seus diferentes tipos de acesso, terão não apenas percepções diferentes a respeito do processo de globalização: é possível que o mesmo processo seja julgado, de acordo com os “dividendos recebidos” da globalização, como positivo ou negativo. A forma rizomática do capitalismo neoliberal permitirá a criação de fraturas que, mesmo após mais de década e meia da crise financeira de 2008, ainda se sinta que a pauta política atual é marcada pela relação entre ganhadores e perdedores da globalização (UNRISD, 2019).

Segundo Leonardo de Araújo Mota (2013), o forte impacto sentido na economia mundial em razão de uma crise financeira – de princípio, imobiliária – nos Estados Unidos foi a profunda conexão entre a economia virtual e a economia real que marcou a globalização neoliberal. Para Mota (2013),

“[...] na medida em que a economia virtual suplanta a economia real, a segunda parte pode ser desmontada rapidamente. Qualquer “inovação” ousada dos homens de finanças [faz] sumir milhares de empregos e também abalam muitas instituições políticas. Um dos produtos mais Um dos produtos mais conhecidos dessa economia fictícia são os derivativos, que praticamente não existiam até a década de 1990. Esses produtos financeiros alcançaram o valor de 20 [bilhões] de dólares em 2001 e de 38 [bilhões] em 2006. Por fim, o conjunto de variados

serviços financeiros cresceu de 220 [bilhões] em 2001 para alcançar a cifra de 380 [bilhões] em 2006, o que equivale a mais de cinco vezes o PIB mundial [...]. Assim, o grosso da economia mundial torna-se mais virtual que real” (Mota, 2013, p. 57-58).

As três principais consequências da crise financeira de 2008, justamente em razão da rapidez com que se deu a crise financeira e seus impactos na organização do sistema financeiro, estão ligadas à administração do território. Inicialmente, e sobretudo nos países ocidentais onde ela ocorreu, houve uma considerável perda de liquidez. Esta perda de liquidez impediu a manutenção do modelo de crescimento econômico adotado durante o período de globalização, pautado na promoção de empregos precários e na cessão de altas quantias de crédito. Os abalos causados pela crise em seus momentos mais graves demandaram, dos Estados, uma retomada importante da direção da macroeconomia, e suscitou o surgimento de movimentos políticos pautados na busca por “segurança”.

Os países que dependiam grandemente da economia virtual sofreram um grande impacto com a crise de 2008. É importante notar que, baixo esta rubrica, incluem-se não apenas as questões que se referem à faceta da economia que lida diretamente com tecnologia e com o sistema financeiro, mas também outras formas econômicas que não dependem da produção real, e sim do consumo. Por este motivo, na Europa, por exemplo, os países mais afetados foram aqueles que ou dependiam dos grandes capitais de tecnologia, como a Irlanda, ou que dependiam grandemente do dinheiro advindo do consumo turístico e de luxo, como Portugal, Espanha, Itália e Grécia (Halvorsen, 2016).

De forma mais significativa, a dinâmica de desigualdade que marcou o modelo da globalização neoliberal, teve a importante consequência de permitir que os países em desenvolvimento sofressem os impactos da crise mais em longo prazo que em curto. A capacidade de poupança, em alguns casos, e a aposta em setores intermediários em capital industrial, em outros, significou uma equalização global significativa, tornando o mercado consumidor dos países emergentes no mais importante do mundo. Isso mudou um padrão secular de manutenção das altas taxas de consumo nos mercados euro-anglo-americanos, e criando a oportunidade,

por exemplo, de desenvolvimento de articulações externas ao Ocidente, como o grupo de países BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, em sua configuração inicial) (Stuenkel, 2018).

Ao mesmo tempo, a estagnação de longo prazo se apresentou como uma importante realidade para os países nos quais a crise se manifestou primeiramente, e nos quais teve seus impactos mais profundos. Na Espanha, a taxa de desemprego saiu de 8,57% em 2007 para 13,79% em 2008, após a crise, atingindo o nível de 25,77% no ano de 2012 (El Economista, 2013). Na Islândia, a taxa de desemprego não chegou a ultrapassar os 8% (que mesmo assim era o dobro da taxa média anual antes da crise), mas houve um significativo decréscimo no crescimento do salário médio recebido pelos trabalhadores islandeses. A baixa nos salários foi uma das várias consequências da crise, que também contou com uma queda nas horas de trabalho, cortes nos salários nominais e imigração em alta após a crise (Ólafsdóttir, 2020). O impacto social foi forte o suficiente para que em 2011 o país refizesse a sua constituição política, num movimento pautado pelo questionamento das políticas neoliberais.

Já nos países em desenvolvimento, algumas dinâmicas que já estavam colocadas foram aceleradas durante a Grande Recessão que se inicia em 2008. No Chile, o desemprego levou à formação de um conjunto populacional ao mesmo tempo altamente endividado, e sem acesso a recursos básicos de saúde física e mental. Não foram incomuns as histórias a respeito da opção pela eutanásia por parte de chilenos, sobretudo idosos (Jiménez Molina *et al.*, 2019). Os movimentos de explosões sociais nos países americanos da década de 2010-2020 devem ser entendidos dentro do enquadramento destas faltas importantes de acesso, assim como a Primavera Árabe (Vaïsse, 2020).

No Brasil, o fim do ciclo das *commodities* a partir de 2013 significou a limitação da capacidade estatal de atender às demandas de desenvolvimento social, que eram abastecidas com o dinheiro das exportações primárias do país (Pitta *et al.*, 2020). O efeito principal da crise que então se formou na economia brasileira foi a queda na renda real habitual. Esta queda se deu de forma mais aguda na parcela da população economicamente ativa mais qualificada, com ensino superior completo, fazendo esta parcela se reaproximar dos níveis de renda da população menos escolarizada (Rachter, 2019). Este movimento resgatou uma série de tensões sociais que

marcaram a política brasileira na última década e que tiveram como base material um crescimento na precarização do trabalho e da qualidade de vida (Gracino Júnior *et al.*, 2018; Frid *et al.*, 2024).

As respostas dadas nos diferentes países à Grande Recessão levam, de maneira importante, ao cerceamento da livre circulação do capital financeiro, assim como à necessidade de criação de empregos e ao menos a manutenção da qualidade de vida da população. Por isso, durante o período posterior à Crise de 2008, uma série de medidas de coordenação de controle destes dois movimentos serão implementadas de maneira variada.

As formas legais e ilegais de saída dos recursos financeiros foram mais controladas, envolvendo a “caça” aos paraísos fiscais denunciadas nos chamados *Panama Papers*, em 2016 (Obermayer, 2016). Da mesma forma, as políticas protecionistas adotadas, por exemplo, pelo governo de Donald J. Trump nos Estados Unidos, buscavam justamente a criação de empregos que eram vistos como “exportados” para outros lugares, beneficiando apenas os grandes empresários e servindo de mote eleitoral para mobilizar no entorno de propostas populistas e autoritárias. A saída do Reino Unido da União Europeia, o *Brexit*, pode ser entendida na mesma chave interpretativa (Cox, 2017).

De qualquer forma, estas movimentações podem ser compreendidas como respostas políticas importantes para a circulação de capitais, que passou por uma importante mutação durante a Grande Depressão que marcou a economia mundial até o fim da década de 2010. Ela representa, de maneira significativa, a valorização política da circulação do dinheiro no Sistema Internacional, e não à toa na segunda metade daquela década acostumou-se a um vocabulário de maior tensão e belicoso, manifestado sobretudo na ideia de “guerra comercial” entre EUA e China (Pautasso *et al.*, 2021). Em meio a estes debates, a circulação das pessoas tampouco passou batida na última década, passando gradualmente a ser alvo de diferentes políticas de segurança.

No início dos anos 2000, a lógica de Guerra ao Terror foi fundamentada, com exceção das invasões ao Afeganistão e ao Iraque, na individualização da identificação, da busca e da captura de indivíduos suspeitos (Strachan, 2014; Scahill, 2014). Até a crise financeira de 2008, este processo podia ser efetivado com a transformação do Estado americano em uma grande máquina de guerra capaz de atuar de maneira global,

executando os processos de controle e vigilância em rede – de maneira semelhante ao funcionamento da economia virtual acima identificado (Hardt; Negri, 2001; Pecequillo, 2012). Com o início da Grande Recessão, a escolha estratégica derivou menos no engajamento direto de tropas no terreno e mais na construção de um grande aparato tecnológico que envolvia os meios de comunicação do país e a recuperação do programa de *drones*, que poderiam eliminar pessoas (geralmente no plural, enquanto “danos colaterais”) em regiões distantes (Chamayou, 2014; Lyon, 2016).

Estas dinâmicas securitárias, porém, baseavam-se na lógica das “guerras cirúrgicas” da década de 1990, e podem ser compreendidas como um avanço dos projetos formulados nos anos 1980, executados nos 1990 e aperfeiçoados a partir de 2010 (Andrejevic, 2015). A questão dos grandes deslocamentos de pessoas, até a metade dos anos 2010, porém, estava mais relacionada às práticas de imigração, e eram considerados um problema interno, de caráter criminal, que deveria ser resolvido pelos países de maneira política (Guia; Pedroso, 2015).

É a partir dos resultados da Guerra na Síria que o deslocamento de pessoas em massa passa a se tornar um tema tratado como elemento de segurança, ao menos no âmbito da União Europeia. A chamada “crise dos refugiados”, acentuada em razão da expansão do Estado Islâmico no Iraque e Levante (*Daesh*, na sigla em árabe), começou a colocar pressão em respostas coletivas para uma questão anteriormente considerada como de responsabilidade de cada Estado. Os refugiados chegados à Europa a partir de 2015 encontravam uma sociedade já muito marcada por uma forte islamofobia, assim como demonstrando sinais de estagnação relevantes. O medo do “outro” foi transferido do terrorista para o refugiado, não sem ser geralmente ligado também a outras figuras do ilícito, como a da criminalidade internacional (Pereira, 2016; de Azevedo, 2018).

Estes movimentos foram importantes para compreender de que maneira foram reordenados os dispositivos de segurança das sociedades ao redor do mundo: não apenas na Europa, mas também na América Latina gradualmente a questão do refúgio e da migração se tornou um tópico de importante discussão nacional. Crises econômicas, como no caso da Venezuela, assim como crises institucionais, políticas ou de segurança pública, como no caso do Haiti, levaram à discussão a respeito do fortalecimento das instituições de controle e segurança ligados aos deslocamentos das pessoas. Se os

mecanismos de controle individual da migração, em meados dos anos 2010, levavam necessariamente à construção de instituições de policiamento da circulação de pessoas (Santos, 2013), a busca por refúgio traz um elemento de ainda maior tensionamento no acompanhamento da situação das pessoas: a condição emergencial, de caráter humanitário que marca geralmente a noção de refúgio (Moulin Aguiar, 2019).

Uma outra faceta da segurança relacionada aos deslocamentos sobre a superfície terrestre emergiu quando da pandemia de COVID-19, a partir do ano de 2020. A perplexidade com a qual deparou-se a população mundial relativamente a esta nova doença de rápida difusão e de alcance global – à diferença, por exemplo, de epidemias e pandemias anteriores – foi justamente o fato de que sua difusão foi facilitada justamente pela forma como se comportam as sociedades atualmente ao redor do mundo. De acordo com Lindo *et al.* (2021),

“Para compreensão da difusão desta doença no espaço geográfico, deve-se reforçar o entendimento de que habitamos em um mundo significativamente urbanizado. Isso possibilita verificar como o vírus se espalha, quais as ações possíveis para enfrentar a crise e proteger a vida das pessoas. A urbanização marcada por intensos fluxos de pessoas, mercadorias e informações, a rápida circulação por sistemas de transportes velozes que conectam diferentes cidades, a dependência das relações econômicas, políticas e culturais entre as regiões do globo, enfim, todos esses elementos inauguram um fato novo na história sacionatural: a pandemia motivada por um agente viral globalizado, acompanhada de uma tentativa planetária de contenção de disseminação em meio às projeções galopantes de contágio e morte” (Lindo *et al.*, 2021, p. 3).

A adaptabilidade do vírus responsável pelo contágio da pandemia de COVID-19 às formas de convivência nas sociedades modernas, e sua rápida disseminação, colocaram às claras tensionamentos construídos ao longo das décadas anteriores. Por um lado, os diferentes níveis de acesso a serviços de saúde tiveram um importante papel na determinação das taxas de internamento, de recuperação e de óbito causados pela doença, demonstrando fortemente as disparidades regionais de acesso

à infraestrutura necessária para fazer frente a esta emergência sanitária (Rodríguez-Pose; Burlina, 2021). Outras formas de desigualdade, porém, também afetaram a experiência que cada grupo ou indivíduo teve diante da pandemia de COVID-19.

Yinging Zheng e Geoff Walsham (2021) identificam ao menos quatro tipos de desigualdades que ficaram mais evidentes com o desenvolvimento da pandemia, ainda que não excluam outros. Apontam para a importância de compreender o desafio relativo ao acesso à digitalização da sociedade: esta importante fonte de informações durante a pandemia não chega nem ao todo da população mundial, nem da mesma forma. A rápida digitalização das sociedades e das atividades durante o período de vigência da pandemia levantou importantes discussões a respeito da exclusão social e da mediação social por meio da capacidade de compra de dispositivos digitais e de planos de acesso a dados de internet.

A segunda forma de desigualdade evidenciada pela pandemia de COVID-19 foi aquela relativa ao trabalho digital, à expansão da atuação de plataformas digitais e as modulações da condição de marginalidade (ou de informalidade). Para os autores,

“[...] os múltiplos níveis de divisão entre e dentro do trabalho digitalizado e não-digitalizado sob a COVID-19 estão associados com rupturas mais profundas de classe e de desigualdade econômica, assim como com a distribuição de recursos ao longo de fronteiras geográficas ao redor do mundo e dentro das nações. Enquanto o trabalho remoto pode ser uma opção rapidamente acessível para trabalhadores digitais durante uma crise de saúde pública, as tão celebradas “flexibilidade” e “autonomia” na economia baseada em empresas de plataforma [platform-based gig economy] podem ser terrivelmente frágeis caso haja rupturas no mercado e na economia” (Zheng; Walsham, 2021, p. 3)⁸.

⁸ Tradução livre. No original, “In other words, the multiple levels of division between and within digitalised and non-digitalised work under covid-19 are associated with deeper ruptures of class and economic inequality as well as the uneven distribution of resources across geographical boundaries around the globe and within nations. While remote working may be a readily available option for digital workers during a public health crisis, the much celebrated ‘flexibility’ and ‘autonomy’ in the platform-based gig economy could be terribly fragile under severe disruptions in the market and economy”.

De maneira mais específica, também as disparidades de gênero – visível e invisível –, a discriminação racial e o *bullying* feito por meio da internet foram identificados pelos autores como elementos importantes para pensar as desigualdades durante a pandemia de COVID-19. Estes fenômenos devem ser compreendidos enquanto transversalidades que tornam as desigualdades anteriormente indicadas ainda mais importantes para compreender a situação específica de determinados grupos sociais durante este período (Zheng; Walsham, 2021). Pode-se considerar que a pandemia de COVID-19 representou, durante a sua duração, uma importante tensão entre as noções de densidade (populacional, de infraestrutura, de hospitais e ambulâncias, de voos internacionais) e deslocamentos (de pessoas, de vacinas, de máscaras). A este sentido de emergência da crise sanitária somou-se o conjunto de medidas de exceção adotadas durante a disseminação do vírus.

O governo dos Estados Unidos, ainda sob o comando de Donald Trump, desviou cerca de 200.000 máscaras de proteção de tipo N95 e que tinham como destino a Europa, e estavam sendo remanejadas entre diferentes aviões na Tailândia (Willsher *et al.*, 2020). Na Turquia, assim como em diferentes países, a “entrada” do vírus por meio das fronteiras e das infraestruturas de circulação foi a razão para o desenvolvimento de estratégias que tiveram como base “[...] *os ministérios turcos, principalmente aqueles de Relações Exteriores e de Saúde, assim como membros do Comitê de Assessoramento Científico, por meio de forças de segurança de fronteiras e punitivas*” (Karatas, 2023, p. 213).⁹ O medo e o sentido de urgência, como em outros países do mundo, fizeram com que essas instituições “[...] *se centrassem numa política de medo que se tornou o catalisador primeiro para medidas que formaram a espinha dorsal das ações preventivas e das iniciativas*” tomadas pelo governo turco na época (Karatas, 2023, p. 213). Na China, até 2023 vigorou o sistema de “política dinâmica de COVID-zero”, derivada da expansão da variante Delta do vírus responsável pela epidemia, fazendo com que

⁹ Tradução livre. No original, “*During that whole time, the battling policies against the entrance of coronavirus into the borderlands were carried out by the Turkish ministries, primarily those of Foreign Affairs and Health, as well as members of the Scientific Advisory Board, via border security and punitive forces. Their responsibility has centred on fear politics which has been the primary catalyst for measures that formed the backbone of pre-emptive actions and initiatives*”.

“De forma a reduzir a possibilidade de um outro surto da epidemia, a China redobrou suas políticas de confinamento ao introduzir formalmente o conceito de política dinâmica de COVID-zero [dynamic zero-COVID policy]. Significativamente, essa política teve efeito em certa medida de perturbar a ordem normal da sociedade e [foi] sido questionada [a partir de 2022]. Pessoas expostas [à doença] isoladas em casa tiveram que comprar comida e necessidades por meio de um novo programa denominado compra-em-grupo [...]. Porém, algumas vezes era difícil garantir a entrega dos suprimentos em tempo [...]. Em alguns lugares, a rotina diária das pessoas era seriamente afetada por medidas simples e violentas como o bloqueio de vias, escavação de estradas, frequentes testes de PCR mandatórios em massa, entre outros [...]. Após um longo período de lockdown, muitas pessoas se sentiram física e emocionalmente exauridas e quiseram mudanças urgentes nesta política [...]” (Ba et al., 2023, p. 1-2)¹⁰.

As cenas mais marcantes foram, talvez, aquelas que representaram o colapso dos sistemas de saúde e de medicina legal. No Brasil, considerado um dos países mais afetados pela pandemia inclusive em razão da aberta política de não-ação do governo federal durante a pandemia (Hur et al., 2021), registrou-se mais de 687.000 óbitos até 2022 e, das pessoas que não vieram a falecer ao se contaminar, estima-se que entre 10% e 20% desenvolveram condições de longo prazo (Muraro et al., 2023). No caso da Europa, a crise causada pela pandemia teve importante diferença com relação à Grande Recessão, já que

¹⁰ Tradução livre. No original, “To reduce the possibility of another outbreak of the epidemic, China doubled down on containment policies by formally introducing the concept of dynamic zero-COVID policy. Notably, this policy has to a certain extent disrupted the normal order of society and has been questioned in the past year. Exposed contacts isolated at home had to purchase food and necessities through a new program called group-buying [...]. However, sometimes it was difficult to ensure timely delivery of supplies [...]. In some places, people’s daily routine was seriously affected by simple and violent measures such as road blocking, road digging, frequent large-scale mandatory PCR testing and so on (...). After a long period of lockdown, many people felt physically and emotionally drained and wanted urgent changes to this policy [...]”.

“A pandemia começou como uma emergência de saúde pública, mas rapidamente se transformou em uma ampla crise socioeconômica que envolveu grandes intervenções estatais na economia, saltos nos níveis de desemprego, elevadas taxas de endividamento público, disjunção das cadeias de produção e abastecimento, sobrecarga dos sistemas de saúde, lockdowns repetidos, disjunções nos sistemas de educação, limitação das liberdades pessoais, e o aprofundamento das desigualdades sociais. Manifestações sociais e a agitação civil também ocorreram durante a pandemia. Esta crise foi, porém, diferente das crises anteriores que se abateram sobre a UE durante os últimos doze anos. De fato, enquanto a crise financeira internacional de 2008 e a da dívida soberana iniciada em 2009 foram primeiramente e de forma mais significativa eventos econômicos, que tiveram profundas repercussões sociopolíticas, a pandemia se iniciou enquanto uma crise sanitária, com repercussões socioeconômicas e políticas devastadoras” (Quaglia; Verdun, 2023, p. 600)¹¹

Em meio ao cenário de deflagração da pandemia, e da retórica belicista que tratou do vírus enquanto um inimigo a ser combatido (Karatas, 2023; Ba *et al.*, 2023), a questão da segurança reemergiu, com uma nova significação. E, em sua faceta mais voltada à conflitualidade internacional, também representou um aceleração de processos que anteriormente estavam decorrendo de forma mais espaçada, como sói ocorrer com as pandemias e guerras em momentos históricos de transição (Delumeau, 2009).

¹¹ Tradução livre. No original, “*The pandemic began as a public health emergency, but quickly morphed into a fully-fledged socio-economic crisis that involved large-scale state interventions in the economy, soaring levels of unemployment, ballooning public debts, disruptions of production and supply chains, overloads of public health systems, repeated lockdowns, disruptions of education systems, limitations of personal liberties, and worsening social inequalities. Social protests and civil unrest also occurred during the pandemic. This crisis was, however, different from previous crises that hit the EU over the last dozen years. In fact, whereas the international financial crisis of 2008 and the sovereign debt crisis that began in 2009 were first and foremost economic events, which had profound socio-political repercussions, the pandemic started off as a health crisis, with devastating socio-economic and political repercussions*”.

A conflitualidade internacional vai, à sua maneira, também marcar o fechamento dos territórios a partir da segunda década do século XXI. É a partir deste momento que se observa uma dinâmica que altera a mudança da natureza dos conflitos internacionais. Se, como apontado acima, durante o período da globalização neoliberal a supremacia militar estadunidense estava representada na sua capacidade de realizar ações “cirúrgicas” ao redor do mundo, considerando mortes desnecessárias como danos colaterais de sua Guerra ao Terror, a partir do ano de 2008 um outro padrão emerge.

Não se deve esquecer que o ano de 2008 é muito significativo também politicamente. Após a emancipação de Montenegro, que realizou seu referendo de independência com relação à Sérvia em 2006, a região do Kosovo buscou realizar movimento semelhante. De maneira significativa, porém, numa estratégia que teve como principal patrocinador o governo estadunidense, o plebiscito realizado no Kosovo não foi realizado após uma negociação com o governo sérvio, tendo sido colocado em prática mesmo sem o consentimento das autoridades de Belgrado (Moniz Bandeira, 2017).

Este movimento, considerado unilateral e sem validade pela Sérvia, seus aliados como a Rússia e por países com problemas de secessão regional, como a Espanha, criou importante fratura no sistema internacional: o reconhecimento parcial de Estados independentes e a manutenção de relações bi- e multilaterais com entidades que não são plenamente reconhecidas pela comunidade internacional. Em 2023, de acordo com a Organização das Nações Unidas, apenas 84 dos 193 Estados-membros reconhecem a autonomia política do país (UN, 2023). Mesmo assim, entidades como a UE e a NATO estão engajadas em políticas institucionais para o país, ainda que contando com a oposição de alguns importantes membros.

Esta foi a estratégia utilizada pelo governo de Vladimir Putin, na Rússia, para inicialmente denunciar crimes contra a humanidade e ameaças à comunidade de cidadãos russos em duas regiões da Geórgia que se encontravam desde os anos 1990 em situação política indefinida. Como aponta Florian Mühlfried (2011),

“[...] a autoproclamada República da Ossétia do Sul apresentou em 30 de março de 1992 um pedido ao governo russo para que garantisse

a seus habitantes a cidadania russa. Naquele momento, o governo russo rejeitou esse apelo e reconheceu a integridade territorial da Geórgia quando esta passou a compor a Comunidade dos Estados Independentes [...]. Outras tentativas foram feitas pela comunidade internacional para mitigar a situação, garantindo, por exemplo, passaportes das Nações Unidas, que eram, contudo, rejeitados pelo lado georgiano. Finalmente, o governo russo decidiu de forma unilateral intervir e passou a conceder passaportes russos a partir de 2000, um ato declaradamente humanitário e destinado a garantir direitos fundamentais a seres humanos em situação afliitiva. Ao mesmo tempo, porém, essa medida pode ser interpretada como parte da política de Vladimir Putin de readquirir influência sobre os antigos territórios da União Soviética” (Mühlfried, 2011, p. 17).

A utilização dos mecanismos de controle fronteiriço para atender a demandas humanitárias foi uma marca importante no século XXI. No Brasil, criou-se o chamado “visto humanitário”, que facilitou a entrada inicialmente de haitianos e posteriormente de venezuelanos que se identificavam como refugiados que não se enquadravam como políticos, mas sim que obtinham essa condição em razão da calamidade social que seus países viviam (Moulin Aguiar, 2019). A atuação do governo russo, porém, foi renovada em seu valor político, pois em 2008 não apenas realizou a emissão de passaportes para garantir o acesso a direitos civis e políticos para a população destas regiões, mas promoveu a incursão de tropas russas em seus territórios e realizou referendos de independência unilaterais, que obtiveram sucesso. Após a rápida guerra russo-georgiana, em agosto de 2008, realizou-se referendos de natureza similar à daquele realizado no Kosovo em Fevereiro daquele ano. Assim, multiplicaram-se as possibilidades de reconhecimento e não-reconhecimento dos países no mundo.

Pode-se considerar que a crise que advém a partir deste momento está ligada a esta característica de legalidade e de validade das formas de reconhecimento dos países no Sistema Internacional. Ao longo dos processos de libertação na África e na Ásia ao longo do período entre 1960 e 1990, e mesmo no esfacelamento de entidades estatais supranacionais típicas do período da Guerra Fria (Tchecoslováquia,

Jugoslávia, União Soviética, ou mesmo a reunificação da Alemanha), a tese política central era aquela da autodeterminação dos povos. De acordo com este princípio, os povos têm o direito ao autogoverno, numa tradição teórica política que avança desde o início do século XX (Jackson; Sorensen, 2018; Pecequilo, 2016).

O precedente do Kosovo, porém, permitiu que houvesse uma maior instrumentalização política deste princípio, permitindo a realização de eleições com fácil manipulação do resultado com a exclusão do eleitorado contrário, e permitindo o estabelecimento de relações bi- ou multilaterais com entidades apenas parcialmente reconhecidas pela comunidade internacional (Nielsen, 2009; Oeter, 2015). Este seria o roteiro seguido pela Rússia, mas também por outros países, em processos similares inicialmente nos territórios do norte da Geórgia, posteriormente na Crimeia em 2014 e, por fim, nas autodeclaradas Repúblicas Populares de Donetsk e Lugansk, em 2022. Este processo não teve impacto apenas no desenvolvimento da política exterior da Rússia de Vladimir Putin no decorrer do século XXI.

Na realidade, o precedente do Kosovo marcou importantes momentos de tensão também na Europa ocidental. Afinal de contas, foi a partir dos efeitos de longa duração da Grande Recessão que se realizaram os referendos de independência da Escócia, em 2014, e da Catalunha, em 2017. Neste último caso, houve uma declaração de independência realizada após o resultado, brutalmente reprimida pelas autoridades centrais espanholas e que levaram ao exílio do líder catalão na época, Carles Puigdemont, e a prisão de várias lideranças políticas independentistas (El País, 2017).

Já no caso escocês, o voto contrário à independência foi alcançado após o anúncio do governo britânico de que a saída do Reino Unido significaria a saída da União Europeia. O eleitorado escocês, fortemente ligado à integração com os parceiros continentais, votou a favor da permanência no Reino Unido em 2014. Em 2016, porém, durante o referendo de saída da União Europeia do Reino Unido promovido pelo governo do mesmo primeiro-ministro à época do referendo escocês, David Cameron, os escoceses se viram forçados a sair do bloco mesmo votando para permanecer. Um componente importante da crise pós-Brexit pela qual passa atualmente o Reino Unido advém da disputa de caráter constitucional a respeito destes dois movimentos (McEwen, 2022). De qualquer forma, os eventos na Escócia e na Catalunha se marcam por um independentismo que se

apoia na ideia de autodeterminação dos povos, mas que tem um forte componente integracionista, neste caso com a União Europeia (Blum, 2019). Representam, portanto, uma mudança significativa que marcará, também, os conflitos posteriores no entorno do exercício da soberania territorial no mundo.

Não se trata mais do alcance da simples independência facilmente alcançada como nos anos 1990, como indicado por Bauman (2001) para aquele período. Na realidade, os processos de independência e as guerras que passam a ocorrer na última década e meia têm um forte componente integracionista a projetos geopolíticos e geoeconômicos mais amplos, criando fraturas territoriais em razão de disputas políticas que impedem o alcance de uma concordância no entorno do direcionamento das políticas internas e externas de um país no atual cenário internacional. Os megaprojetos de infraestrutura e a reorganização dos fluxos internacionais levará à formação de disputas internas que, como no caso da Bolívia também em 2008, opõe elites com projetos de conexão que discordam entre si, criando formas novas de regionalização mesmo que seus projetos sejam infrutíferos (Herrera Santana, 2019).

A somatória de diferentes crises atualmente ocorrentes no Sistema Internacional tem sido chamada, dentre outras possibilidades, de uma policrise. Da mesma forma que os complexos de segurança formam-se pelo emaranhado das diferentes políticas executadas pelos países no entorno de suas percepções sobre ameaças e riscos no Sistema Internacional, a policrise pode ser entendida como um complexo de crises.

Para Eric Helleiner (2024), esta policrise desafia os caminhos tomados até o momento pelo processo de globalização afetado pelos processos delineados nesta seção. O conjunto destas dinâmicas forma “[...] *um aglomerado de crises distintas que interagem de forma em que elas elou seis efeitos tendem a reforçar uns aos outros*”, ainda que “[...] *as crises elou seus efeitos possam não reforçar sempre uns aos outros por meio de ciclos de retroalimentação positivos*” (Helleiner, 2024, p. 3). Segundo o autor, a atual situação de tensionamento do Sistema Internacional deriva de tensões na relação entre Estados Unidos e China, os dois principais polos econômicos mundiais após a Grande Depressão; da crise sanitária global causada pela pandemia de COVID-19; as crises de segurança marcadas pelas mudanças na conflitualidade mundial; a emergência climática global; e, por fim, crises nos sistemas representativos democráticos (Helleiner, 2024).

Na análise aqui feita, deu-se atenção aos três primeiros caracteres da policrise, ainda que não se desconsidere a relevância dos dois últimos, que compõem o panorama geral em que se inserem as novas propostas de regionalização que emergiram nos últimos anos. Atuando em conjunto, em realidade, todos estes processos são a consequência da retomada da primazia da política com relação à economia, da renovação da valorização política dos territórios e da resolução de questões em litígio. Este é o panorama onde novas propostas de regionalização se inserem, como será apresentado na próxima seção deste trabalho.

Os riscos geopolíticos como sintomas de uma nova regionalização do mundo

Como se buscou acentuar na seção anterior, a transição que ora vigora no Sistema Internacional se configura com uma diferença marcante com relação a outros momentos de mudança no cenário da política mundial. Se, ao longo dos últimos séculos, as mudanças estavam relacionadas sobretudo à transição entre modelos de desenvolvimento político e econômico guiados pela prevalência de um poder hegemônico específico (Kissinger, 2014), a atual etapa de transição ocorre em um ritmo diferente. A própria ideia de policrise, analisada brevemente acima, aponta para diferentes tipos de transição que se acumulam para mudar não apenas o centro do Sistema, como em momentos anteriores, mas a sua própria constituição.

É essa a aposta de Ulrich Beck (2018), para quem o que se vivencia atualmente não é apenas uma mudança, mas sim uma metamorfose. Construindo sobre alterações significativas que ocorrem de maneira simultânea em diferentes esferas da quotidianidade – o significado da vida, alterações do corpo, mudanças na representação das nações, sistemas técnicos alternativos, as questões levantadas pelas mudanças climáticas, entre outras – Beck (2018) indica a necessidade de observar-se não uma transição ou alteração simples. Em sua perspectiva, o que ocorre no momento histórico presente é uma alteração mais profunda, uma metamorfose do mundo, na qual as próprias coordenadas que estabelecem os fundamentos da experiência humana estariam se alterando (Beck, 2018).

Seria possível, com base nesta perspectiva, perceber que a metamorfose do mundo significa uma alteração coetânea em diferentes tipos de escalaridade da política internacional. Neste sentido, as crises sobre as quais se refletiu neste texto anteriormente podem ser tomadas também como um sintoma de metamorfose do Sistema Internacional, cada uma à sua maneira.

Em primeiro lugar, a Grande Depressão levantou questões importantes que levantaram o aspeto político da administração da economia. A crise financeira internacional de 2008 estabeleceu uma incapacidade de convivência entre a economia virtual e a economia real enquanto elementos conjuntos da administração do Estado. Como já apresentado, a economia real tornou-se refém da criação de processos “inovadores” por parte dos responsáveis pela economia virtual, que não tinham o mesmo interesse da população ou dos próprios Estados (Mota, 2013).

Quando, como resposta à crise iniciada em 2008, os Estados tiveram que tomar decisões importantes de des-liberalização da economia, um aspeto geoeconómico importante ressurgiu: aquele do controle dos fluxos de circulação do capital e do acesso aos recursos produtivos. Não à toa, atualmente a discussão relativa à “des-globalização”, ou à criação de circuitos económicos mais fechados, tem se tornado uma preocupação central inclusive do mercado financeiro (WEF, 2022). Um espectro importante da metamorfose do cenário internacional, portanto, diz respeito aos problemas de carácter geoeconómico, ou seja, à “[...] *política orientada para intervir nos problemas espaciais associados à economia, gestão de recursos, de fluxos, de respostas equilibradas às necessidades humanas*” conforme percebidas pelos formuladores e executores de políticas públicas nos diferentes Estados (Correia, 2018, p. 281).

Cabe notar, inclusive, que esta dinâmica também não depende apenas dos Estados, mas também dos agentes privados envolvidos, o que torna a tomada de decisão altamente complexa e as consequências da tomada de ações de exceção um espectro que ronda a administração macroeconómica. Estas considerações podem ser percebidas nos resultados ambíguos de sanções positivas e negativas tomadas recentemente em meio a conflitos internacionais (BBC News Mundo, 2023; Maruf, 2023).

A pandemia de COVID-19, por sua vez, apontou para a necessidade de pensar-se a população mundial em seu conteúdo humano e – de maneira muito específica – geográfico. Um dos questionamentos principais levantados pela pandemia de

COVID-19 foi, surpreendentemente, a necessária cartografia quase diária da escala da amplitude do fenómeno. Não à toa as representações cartográficas passaram a povoar os noticiários do mundo, levantando questões importantes a respeito da técnica e da efetividade das representações utilizadas tanto por instituições de pesquisa quanto pelos média (Kent, 2020; Pase *et al.*, 2021; Lindo *et al.*, 2021).

Porém, a reflexão política mais importante talvez tenha girado no entorno das múltiplas escalas que acabam afetando a ideia de saúde humana. Declarada enquanto uma crise sanitária, a pandemia de COVID-19 forçou uma necessária visão transdisciplinar para pensar o que significa de fato uma visão holística a respeito da saúde (das pessoas em nível físico e mental, de saneamento básico, das comorbidades) (Muraro *et al.*, 2023).

Desta forma, ainda que os sistemas hospitalares tenham sido um elemento fundamental para pensar a resposta à disseminação da doença causada pelo vírus COVID-19, os efeitos de longa duração da pandemia levantaram importantes questões sobre acessos variados à qualidade de vida. Eva García Chueca e Francesc Teodoro (2022) apontam para o avanço do mal-estar social e da consequente mobilização para protestos mesmo durante períodos em que as pessoas, para sua segurança, deveriam permanecer em isolamento. Segundo os autores,

“[...] produziu-se dois tipos de tendências: a) o surgimento de novos protestos diretamente motivados pela COVID-19, como reação da população diante da gestão sanitária da pandemia; e b) a intensificação de protestos pré-pandêmicos, como consequência do agravamento dos problemas que as motivavam” (García Chueca; Teodoro, 2022, p. 4)¹².

Ainda que com pouco tempo entre a sua ocorrência, estes dois tipos de protesto durante a pandemia tiveram um papel importante de mobilização por meio de demandas e estratégias diferentes. Para García Chueca e Teodoro (2022),

¹² Tradução livre. No original, “*se han producido dos grandes tipos de tendencias: a) el surgimiento de nuevas protestas directamente motivadas por la COVID-19, como reacción de la población frente a la gestión sanitaria de la pandemia; y b) la intensificación de protestas prepandemia, como consecuencia de la agravación de los problemas que las motivaban*”.

“Os protestos motivados pela COVID-19 foram as que primeiro de expressaram nas ruas, seja pela rejeição às restrições (Alemanha, Estados Unidos), pela demanda de uma melhor gestão sanitária da pandemia (Argentina, Brasil, China, México) ou por exigir a adoção de medidas de apoio económico (Coreia do Sul, Japão). [...] Pouco depois, além disso, foram retomados os protestos pré-pandêmicos, que haviam sido interrompidos e cujas motivações se viram acrescentadas pelo impacto da crise sanitária. Em países como Israel, Iraque, Líbano, Paquistão ou Tunísia, a pandemia exacerbou problemas existentes relacionados com a corrupção do Governo ou a situação económica. [...] De maneira similar, no Chile e no Peru a pandemia abriu caminho para numerosas manifestações de trabalhadores. A Colômbia também foi testemunha de protestos enormes a partir das convocações da organização Comité Nacional de Paro, as quais se viram agravadas pela violência policial na cidade de Cali, onde várias organizações e manifestações foram vítimas de um uso excessivo de força” (García Chueca; Teodoro, 2022, p. 4-5)¹³.

Não à toa, a discussão relativa à condição de vida da população e a sua instrumentalização econômica até o limite renovou os interesses na grade analítica proposta por Michel Foucault (2008) a respeito da biopolítica. Da mesma forma, e inclusive em razão das ações violentas utilizadas pelos Estados seja por instituírem diretamente a possibilidade de morte da população e ou por permitirem que se morra sem consequências para o funcionamento da política institucional e da

¹³ Tradução livre. No original, *“Las protestas motivadas por la COVID-19 fueron las que primero se expresaron en las calles, ya fuera por el rechazo a las restricciones (Alemania, Estados Unidos), el reclamo de una mejor gestión sanitaria de la pandemia (Argentina, Brasil, China, México) o por exigir la adopción de medidas de apoyo económico (Corea del Sur, Japón). (...) Poco después, además, se retomaron las protestas prepandemia, que habían quedado interrumpidas y cuyas motivaciones se han visto acrecentadas por el impacto de la crisis sanitaria. En países como Israel, Irak, Líbano, Pakistán o Túnez, la pandemia ha exacerbado problemas existentes relacionados con la corrupción del Gobierno o la situación económica. (...) De manera similar, en Chile y Perú la pandemia ha dado pie a numerosas manifestaciones de trabajadores. Colombia también fue testigo de protestas masivas a partir de las convocatorias de la organización Comité Nacional de Paro, las cuales se vieron agravadas por la violencia policial en la ciudad de Cali, donde múltiples organizaciones y manifestantes fueron víctimas de un uso excesivo de fuerza”.*

economia virtual (como foi possível observar no Brasil) também renovou o interesse na construção de Achille Mbembe (2017) sobre a proposta de Foucault (2008), a necropolítica. De maneira importante para a discussão aqui em tela, a pandemia de COVID-19 deixou às claras duas questões.

Em primeiro lugar, a necessidade que os Estados enfrentaram de ter de responder de maneira adequada a um fenômeno sanitário sobre o qual não tinham controle. Se essa era a realidade de alguns países de maneira mais regionalizada, como em surtos de cólera ou de varíola dos macacos, a pandemia de COVID-19 colocou todos os Estados em risco, e sua população na condição de potencialmente contaminada. Por isso, alguns fenômenos importantes, como o chamado “nacionalismo das máscaras” (representado pela medida de Trump discutida acima de controlar o fluxo de equipamentos médicos), demonstram a importância da questão da saúde, relegada durante muito tempo a uma questão de resolução individual e marcada pela lógica do mercado neoliberal (Nunes, 2020; Bernardes *et al.*, 2020). Em segundo lugar, a dependência da manutenção de um nível mínimo de qualidade de vida e de acesso à mão de obra saudável apontou na direção de pensar as condições de trabalho antes, durante e depois da pandemia, uma vez que os impactos econômicos foram significativamente marcados pela condição das pessoas enquanto trabalhadoras e consumidoras (García Chueca; Teodoro, 2021; Hur *et al.*, 2021; Zheng; Walsham, 2021).

Por fim, as motivações políticas para exercer o uso da força no cenário internacional também parecem apontar para uma importante reconfiguração escalar do cenário internacional. Como analisado anteriormente para o caso da Catalunha e da Escócia, ainda que o princípio de autodeterminação dos povos tenha sido um importante fundamento legal mobilizado para a obtenção da independência, a ligação a projetos supranacionais bloqueados pela sua participação em um Estado foi uma justificativa importante para o alcance de votos. Anteriormente, denominei este aspeto de “nacionalismo integracionista” (Blum, 2019). Quando se observa as declarações feitas em 2024 pelas juntas militares do Níger, do Mali e de Burkina Faso para se desligarem da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO, ou ECOWAS na sigla em inglês), esta tónica aparece de maneira significativa.

Ao declarar a criação da Aliança de Estados do Sahel (AES), composta pelos três países que se retiraram da CEDEAO, o general Abdourahmane Tchiani, líder do Níger, afirmou que “[v]amos criar uma AES dos povos, ao invés da CEDEAO que tem suas diretivas e instruções ditadas por poderes que são estrangeiros à África”, referindo-se sobretudo à grande influência da França nas condições econômicas dos países da região (Al Jazeera, 2024). A expansão das atividades de companhias militares privadas russas é indicada como uma das motivações para a criação do novo bloco, mas também uma crescente presença chinesa no desenvolvimento econômico africano, cujos dividendos são vistos como mais positivos para os africanos que a ajuda internacional anteriormente cedida por países ocidentais (Smith, 2024; Savage; Miriri, 2024).

A guerra que ora viceja na Ucrânia também pode ser entendida dentro deste espectro do uso da violência para garantir uma “direção internacional” específica para um determinado país. Ao menos desde o início da década de 2010, as tensões internas entre o leste do país, com uma urbanidade mediana, mas disseminada, e economia industrial, e a região ocidental, marcada por cidades densamente povoadas em meio a um grande espaço de produção agrícola, ficaram mais claras (Vitte; Moraes, 2022). A disputa no entorno da legalidade da política exterior de Viktor Ianukóvytch, presidente ucraniano entre 2010 e 2014, foi o estopim da condição de guerra civil de baixa intensidade que se tornou um conflito bélico internacional a partir da invasão russa em 2022 (Moniz Bandeira, 2017; Lobo-Fernandes, 2023). Para além de julgamentos morais a respeito da justeza das ações bélicas praticadas durante o conflito em suas diferentes fases, a integração à economia europeia, a adesão à NATO ou a manutenção dos laços econômicos, culturais e políticos com a Rússia são elementos fundantes da fratura social que marca a experiência histórica recente da Ucrânia (Teixeira; Blum, 2022).

Mudança na valorização dos recursos econômicos; mudança na forma de enxergar-se as responsabilidades dos Estados perante à sua população; mudança no enquadramento sobre o quê é o internacional e qual a sua relação com o “interno”, com o “nacional”. São, as três, mudanças significativas na mudança escalar que pode ser identificada com a metamorfose do mundo, como proposto por Beck (2018). Afinal, trata-se de compreender

“[...] a geografia social da metamorfose do mundo. Isso dá origem a um complexo modelo de vários níveis da metamorfose que leva em conta a interação das condições locais, regionais, nacionais e globais, e desenvolve estruturas específicas, como consequência das desigualdades sociais e das relações de poder sociais. [...] metamorfose não é mudança social, não é transformação, não é evolução, não é revolução e não é crise. É uma maneira de mudar a natureza da existência humana. Significa a era dos efeitos colaterais. Desafia nosso modo de estar no mundo, de pensar sobre o mundo, de imaginar e fazer política” (Beck, 2018, p. 35-36).

Para o tema aqui em discussão, ou seja, a relação entre a regionalização mundial e as práticas de segurança, isso significa discutir não apenas essa relação, mas o tipo de risco que emerge da conjunção das dinâmicas analisadas. E, para isso, retomar a ideia da racionalidade por trás das decisões dos Estados em termos de segurança pode auxiliar a conceber os riscos geopolíticos e a nova regionalização do mundo como sintomas da metamorfose pela qual estamos passando. Como é possível perceber no rol de discussões aqui apresentadas, as dinâmicas de metamorfose do mundo, identificadas por meio das crises e das mudanças escalares relativas a um variado conjunto de temas, vem marcando a experiência recente do Sistema Internacional.

As mudanças ocorridas nas diferentes escalas da experiência humana nas últimas décadas, ainda que não anunciem uma “nova era da humanidade” como se prometia no fim dos anos 1990, causaram também impactos significativos na prática de segurança dos Estados. Ao menos desde a década de 1980 considera-se que questões não-militares têm tido um peso significativo na concepção majoritária respetivamente ao tema da segurança internacional (Buzan; Hansen, 2012). Esta construção advém também da aceitação de que atores não-estatais, privados ou não, têm um importante impacto no funcionamento do Sistema Internacional (Pecequillo, 2012; Jackson; Sorensen, 2018). Por quais motivos, então, seria possível considerar que nos encontramos em um novo momento relativamente à segurança?

Como se pretendeu mostrar anteriormente, as cosmovisões construídas a respeito da globalização neoliberal institucionalizada tiveram um fortíssimo

impacto na consideração de riscos e ameaças à segurança internacional. Não apenas a lógica da globalização promoveu várias discussões relativamente ao tema, mas também a execução da Guerra ao Terror por parte dos Estados Unidos constituiu um paradigma significativo de reformulação da ideia de “globalidade” aplicada à segurança (Scahill, 2014). Assim, foi possível afirmar, no início do século XXI, que as grandes ameaças à segurança internacional eram de carácter paraestatal, de organização reticular e com motivações fora do escopo do debate político institucionalizado (Rudzit, 2005).

A partir dos anos de 2010, porém, o que se observa é uma materialização cada vez maior das preocupações efetivas em termos de segurança internacional. Sem considerar que haja apenas uma agenda internacional relativa ao temário da conflitualidade internacional, é interessante observar como gradualmente as práticas securitárias deixaram de se reunir no entorno de um debate “abstrato” relativo às agendas de grupos terroristas internacionais.

A vigilância em massa passou a ser cada vez mais materializada, imiscuindo-se nas paisagens urbanas não apenas por meio de câmeras, mas por meio de vários mecanismos e aparatos de obtenção de dados de circulação no espaço e identificação pessoal (Lyon, 2016; Graham, 2016). Os *drones*, desenvolvidos como indicado anteriormente enquanto tecnologias de exportação de óbitos em conflitos (Chamayou, 2014), tornaram-se, eles próprios, armas projéteis, sendo utilizadas como forma de atingir “de maneira precisa” alvos em cidades (Kumar, 2020). As tecnologias de militarização, nas cidades e em outros lugares, foram gradualmente criando espaço para a hegemonia de teorias de segurança pautadas no combate à subversão e à contrainsurgência (Haesbaert, 2014; Cardinale, 2017; Montero Moncada, 2023).

O que estas transformações colocam em evidência é a mudança do conteúdo territorial da segurança nas últimas décadas. No início do século, as políticas de segurança e defesa se pautavam na ideia de grandes fluxos sobre territórios relativamente “alisados” em razão do processo de globalização neoliberal. A partir da experiência estadunidense no Afeganistão e no Iraque, porém, a espessura das relações de poder no espaço foram gradualmente se tornando significativas para o alcance de objetivos estratégicos.

Não apenas com relação aos conflitos internacionais, mas a longa sombra do antiterrorismo tornou também as cidades ambientes de espessura em riscos e ameaças, estabelecendo visões de segurança e de riscos e ameaças cada vez mais incertas e com fortes consequências para o agravamento das desigualdades sociais (Bazzicalupo, 2014; Grassiani; Müller, 2019). A aplicação da violência e a expansão das exceções passaram a pontilhar de forma cada vez mais densa a relação entre o Estado e o território, seja aquele baixo a sua administração ou pertencente a outra entidade política soberana.

As diferentes facetas das políticas de inimizade se foram revelando, tendo no genocídio perpetrado em Gaza o seu pináculo: o domínio direto do território construído não a partir da conquista de uma estrutura anteriormente existente, mas a partir da sua devastação (Mbembe, 2017). O que vai se observando é uma gradual revalorização política dos territórios, compreendidos aqui não apenas enquanto áreas espaciais delimitadas, mas enquanto dinâmicas de funcionamento da sociedade em sua relação com o espaço (Raffestin, 1993; Souza, 2012). Chega-se, assim, ao núcleo político do Estado, que é o próprio exercício das relações de soberania.

A segurança, assim, deve ser compreendida também enquanto uma racionalidade do Estado construída diante das transformações que se dão de maneira interna ao seu território, mas também externa. Como indicado por Jean Gottmann (1973), o território é valorizado (ou, queremos apresentar aqui, revalorizado) enquanto um elemento importante para a segurança do Estado à medida em que ele pode servir enquanto sustentáculo e enquanto obstáculo. É o ordenamento territorial, em diferentes escalas, que permite ao Estado estabelecer uma determinada disciplina entre fluxos e, para usar o termo de Gottmann (2012), iconografias que sustentam uma determinada existência local.

Ambos, porém, podem ser obstáculos caso não se adaptem ou caso coloquem em risco a própria existência do Estado – ou, nos termos de Foucault (2023), seu motivo de ser: governar um Estado para garantir que haja um Estado a governar no futuro, evitando o seu esmorecimento e decadência. Não deveria surpreender, portanto, o gradual retorno das referências diretas a novas regiões, a novos territórios; também não o deveria fazer movimentos de “resolução” de questões em litígio, que se multiplicaram nos últimos anos. Afinal, a Armênia e o Azerbaijão entraram

em conflito em razão da região do Alto Carabaque; o centralismo etíope se viu às voltas com uma guerra civil contra defensores do formato de federalismo étnico anteriormente em voga; o Iêmen, cuja reintegração foi colocada em xeque após a Primavera Árabe, hoje serve de base de ataque para a questão não-resolvida da situação dos palestinos no Levante. A invasão da Ucrânia visou, nas declarações do próprio governo de Vladimir Putin, garantir a manutenção de fluxos que poderiam ser quebrados na ligação econômica e política entre a Rússia e a região do Donbass (Teixeira; Blum, 2022).

É por esta razão que a multiplicação de riscos geopolíticos deve ser encarada como um resultado importante das transformações pelas quais passa o Sistema Internacional. Como se pretendeu apresentar aqui, é o próprio exercício da soberania que se apresenta como elemento importante para compreender o tensionamento do cenário político internacional na atualidade. E, com isso, quer-se apresentar que a relação entre os Estados, seus territórios e sua população são os elementos que estão, hoje, no cerne da multiplicação de riscos geopolíticos e das cada vez mais belicosas disputas internacionais.

Isso se dá uma vez que, como indicado acima, o território não é apenas um recorte da área da superfície terrestre. Em realidade, sobretudo na área das Relações Internacionais, esta visão tem vigorado, dando vazão à ideia de que a conquista territorial é um simples processo de instauração ou substituição de Estados numa determinada região (Agnew, 1994; 2006). O território é, na realidade, uma dinâmica socioespacial que vai construindo malhas de poder que se conjugam em diferentes escalas (Raffestin, 1993; Gottman, 2012).

Este caráter dinâmico ajuda a compreender que o território nunca está “terminado” ou “plenamente conquistado”, até em razão do facto de que as relações de poder nunca se finalizam; há todo momento, elas estão tendo que reforçar, se relegitimar e reconstruir sua base material e discursiva para continuar em vigor (Foucault, 2014). Assim, continuamente o Estado se depara com a dificuldade de construir, para si e em contextos sob os quais não tem controle, suas capacidades inerentes como aparelho que pretende exercer soberania: a posse e o comando (Matteucci, 2010).

Império e domínio, posse e comando: as tensões que estamos observando recentemente vêm carregadas de disputas no entorno do exercício destas capacidades.

A explosão no número de teorias da conspiração é um sintoma destas disputas, mas também teorias que jogam, no campo da guerra, disputas essencialmente políticas. É o caso da noção de guerra híbrida conforme desenvolvida tanto nos Estados Unidos quanto na Rússia. A ideia de que a guerra realiza-se por meio também dos média de comunicação e, por isso, há que se ter um controle maior com relação às vozes dissidentes parece ter uma perigosa concordância dos dois lados do estreito de Bering, como exemplifica a obra de Andrew Korybko (2018).

Controle sobre os recursos, controle sobre as pessoas, portanto. Polarização e disputas de narrativas também, que vão criando as condições para que possam emergir, então as novas regionalizações que são derivadas da percepção “securitizada”, poder-se-ia afirmar, das relações territoriais. O ordenamento territorial, o comando político e o pertencimento à nacionalidade, ao Estado ou ao mundo estão conjugados nestas novas representações que emergem como resultado dos processos de mutação do cenário internacional.

Afinal, regionalizar é delimitar, é projetar um tipo de identidade específica a uma determina área geográfica e, justamente por isso, é também fazer o seu enquadramento em diferentes escalas. A regionalização é a projeção de uma intenção de disciplina territorial, um desejo voltado à forma como um determinado território deve funcionar. Assim, as novas regionalizações que se apresentam devem ser compreendidas principalmente baixo esta relação resinificada de valorização política dos territórios que, em última análise, denunciam a percepção de quem as constrói enquanto sintomas de novas ameaças e novos riscos securitários.

É isso que se pode inferir, por exemplo, da disseminação da regionalização denominada Indo-Pacífico. Iniciada a discussão relativa à “liberdade de movimento” em razão da forte presença chinesa nos oceanos Índico e Pacífico a partir de 2007 por influência do Japão, na década de 2010 esta região começou a figurar cada vez mais em documentos oficiais e decisões tomadas em diferentes países. Em 2013, o Parlamento da Austrália aprovou o Livro Branco da Defesa do país, que consolidou o Indo-Pacífico como região de interesse estratégico da Austrália, que poderia se ver prejudicada no seu fluxo de comércio e ligação estratégica com os Estados Unidos e o Reino Unido caso houvesse limitações à sua atuação na região.

No mesmo ano, o ministro das relações exteriores da Indonésia utilizou o termo em um discurso que fez em Washington, nos EUA, utilizando este recorte para analisar as relações de disputa e concorrência entre americanos e chineses. Foi só em 2022, já na gestão de Joseph Biden, que se construiu por parte do governo federal estadunidense uma estratégia específica para o Indo-Pacífico. O documento que detalhava esta estratégia afirmava que

“Este cada vez mais intenso foco [do governo dos EUA] deve-se, em parte, ao fato de que o Indo-Pacífico enfrenta crescentes desafios, particularmente a partir da [República Popular da China, RPC]. A RPC está combinando sua força econômica, diplomática, militar, e tecnológica enquanto busca uma esfera de influência no Indo-Pacífico, e busca se tornar a potência mais influente no mundo. A coerção e a agressividade da RPC se espalham pelo globo, mas é mais aguda no Indo-Pacífico. Da coerção econômica à Austrália, ao conflito na Linha de Controlo Real com a Índia, à crescente pressão em Taiwan e o bullying com seus vizinhos nos Mares do Sul e Oriental da China, nossos aliados e parceiros na região carregam muito do peso do comportamento prejudicial da RPC. Neste processo, a RPC também está prejudicando os direitos humanos e o Direito Internacional, incluindo a livre navegação, enquanto princípios que trouxeram estabilidade e prosperidade para o Indo-Pacífico. Nosso objetivo não é mudar a RPC, mas moldar o ambiente estratégico em que ela atua, construindo uma balança de influências no mundo que é maximamente favorável aos Estados Unidos, nossos aliados e parceiros, e aos interesses e valores que compartilhamos” (The White House, 2023).

É possível identificar, neste trecho do documento, as questões identificadas anteriormente: ordenamento territorial, capacidade de comando político e construção de uma sensação de pertencimento. A ideia de conexão de duas regiões até então encaradas como separadas – os oceanos Índico e Pacífico – não é necessariamente nova, como aponta a construção da Parceria Trans-Pacífica, proposta de acordo comercial centrada na economia americana enquanto uma

economia ligada ao oceano Pacífico que teve breve vida durante o fim do governo de Barack Obama (2008-2016). A sua transformação em uma região de engajamento estratégico para os Estados Unidos, porém, revela a percepção de que estes estavam perdendo controle sobre a disciplina territorial na região.

Isso também é visível na articulação de segurança assinada entre Estados Unidos, Austrália e Reino Unido. O chamado Acordo AUKUS tem como foco promover a segurança da Austrália por meio da ligação com os outros dois países. De forma mais significativa, porém, foi a tentativa de afastar a tecnologia de desenvolvimento de submarinos nucleares por parte na França junto aos australianos. Como indicado acima, e utilizando o adágio ligado à formação da NATO, pode-se dizer que o AUKUS tem o objetivo de manter os americanos dentro, os chineses sob vigilância e os franceses fora.

A inserção e exclusão de Estados em determinadas articulações regionais também é perceptível na formação do “arco teocrático” no Médio Oriente. Enquanto efeito da Primavera Árabe, a aproximação dos regimes baseados na religião sob os auspícios dos EUA tem um importante fundamento contrainsurgente: trata-se da tentativa, nos regimes baseados em mediações religiosas nas monarquias absolutistas árabes e em Israel, de evitar a emergência de uma grande sublevação da população, sobretudo aquela não-nacional. Os Acordos de Abraão, tratados de aproximação e normalização das relações entre Israel e Estados árabes próximos ou distantes, são na realidade uma reorganização das lealdades na região. A aproximação entre estes regimes de corte religioso busca encontrar nas religiões monoteístas uma lógica de pertencimento comum, e no Irã, uma ameaça comum tanto aos regimes sunitas de países com forte presença de minorias sunitas, quanto nos territórios ilegalmente ocupados por Israel na Cisjordânia e na Faixa de Gaza.

Por fim, o grande projeto estratégico da China para a Euro-Áfro-Ásia, o projeto de conexão terrestre e marítima geralmente conhecido como “*Belt and Road Initiative*”, ou BRI na sigla em inglês. Esta tem como principal efeito a reestruturação das cadeias globais de produção e de logística, buscando centralizar a China nas cadeias globais de valor. Para isso, a instrumentalização dos pacotes de desenvolvimento e o sucesso destas iniciativas fazem com que o país esteja, cada vez mais, envolvido em disputas locais e regionais às quais anteriormente prestaria pouca atenção. Devido

ao tamanho da iniciativa, há que se observar como se dará o engajamento chinês em questões tão díspares quanto a guerra na Ucrânia, a situação dos Rohingya em Myanmar e as disputas no seio da fratura entre a AES e a CEDEAO.

Considerações finais

Ao longo da discussão aqui apresentada, pretendeu-se apresentar algumas das dinâmicas que têm marcado o Sistema Internacional nas últimas décadas. Buscou-se jogar algumas luzes sobre o processo de globalização neoliberal, as crises que se abateram sobre diferentes Estados a partir da segunda metade da década de 2000 e as transformações securitárias na regionalização mundial derivada do acúmulo destes fenômenos. A partir de uma interpretação informada pela escalaridade destes processos, e a partir das potenciais contribuições da perspectiva geográfica, apontou-se que o atual tensionamento do Sistema Internacional não decorre apenas de uma “Guerra Fria” renovada entre Estados Unidos e China. Fatores mais basilares do Sistema Internacional estão no cerne destas transformações.

A permanência de percepções relativas ao funcionamento do Sistema Internacional, como foi possível analisar no caso das propostas de regionalização da globalização neoliberal, podem desafiar interpretações sobre mudanças no seu funcionamento. Esquemas interpretativos de variada natureza encontram-se hoje em xeque em razão dos limites que possuem em interpretar as recentes dinâmicas estruturas e conjunturais que têm tido lugar. As crises aqui analisadas podem tanto ser consideradas como pontos de origem como consequências das decisões ligadas ao fechamento (político, econômico, cultural) dos territórios. A emergência de uma extrema-direita ultranacionalista – que, ainda assim, articula-se de maneira transnacional – não deveria ser surpresa, dadas estas condições onde ela pode florescer junto às populações do mundo.

Por este motivo, pode-se dizer que as dinâmicas que se apresentam atualmente como riscos geopolíticos são derivadas dos novos desafios ao exercício à soberania que enfrentam os Estados atualmente. Relações de comando, de posse, de disciplina territorial encontram-se hoje em disputa, sendo constantemente alvos de ações de

exceção por parte dos governos e mobilizadas enquanto instrumentos retóricos por grupos cada vez mais ligados à eliminação das estruturas institucionais que mediam a quotidianidade política.

A discussão que se apresentou aqui não se esgota, nem está finalizada. Pois, como afirmou Galileu Galilei durante o seu julgamento, as coisas assim estão, mas ainda se movem. Cabe a nós interpretar e compreender o conteúdo territorial destas mudanças, de forma a poder compreender como se executa a política hoje e quais são os futuros possíveis para melhorar a condição de vida das pessoas.

Bibliografia

- Acusado de sedição, presidente destituído da Catalunha se refugia na Bélgica (2017, outubro 30). El País Brasil. https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/30/internacional/1509367642_165219.html
- Agnew, J. (1994). The territorial trap: The geographical assumptions of International Relations Theory. *Review of International Political Economy*, 1(1), Artigo 1.
- Agnew, J. (2006). Entre la Geografía y las Relaciones Internacionales. *Tabula Rasa*, 5, Artigo 5.
- AL JAZEERA (2024, julho 6). Niger, Mali and Burkina Faso military leaders sign new pact, rebuff ECOWAS. Al Jazeera [online]. <https://www.aljazeera.com/news/2024/7/6/niger-mali-and-burkina-faso-military-leaders-sign-new-pact-rebuff-ecowas>
- Anderson, P. (2015). *A política externa norte-americana e seus teóricos* (1.ed.). Boitempo.
- Ba, Z., Li, Y., Ma, J., Qin, Y., Tian, J., Meng, Y., Yi, J., Zhang, Y., & Chen, F. (2023). Reflections on the dynamic zero-COVID policy in China. *Preventive Medicine Reports*, 36, 102466. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.pmedr.2023.102466>
- Barnett, T. P. M. (2016, setembro 10). Why the Pentagon Changes Its Maps. *Esquire*, s/p.
- Bauman, Z. (2001). Wars of the globalization era. *European Journal of Social Theory*, 4(1), Artigo 1.
- Bazzicalupo, L. (2014). Produção de segurança e incerteza dos critérios. Em N. AVELINO & S. VACCARO (Orgs.), *Governamentalidade | Segurança*, Intermeios, 81–104.
- Beck, U. (2018). *A metamorfose do mundo: Novos conceitos para uma nova realidade* (1.). Zahar.
- Becker, B. K. (2012). A Geografia e o resgate da Geopolítica. *Espaço Aberto*, 2(1), 117–150.
- Bernardes, J. A., Arruzzo, R. C., & Monteiro, D. M. L. V. (2020). Geografia e Covid-19: neoliberalismo, vulnerabilidades e luta pela vida. *Revista Tamoios*, 16(1). DOI: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2020.50645>
- Blum, G. G. (2019). Sobre a tessitura do mundo: Deslocamentos topológicos na experiência vivida da política mundial na contemporaneidade. Em E. T. de Carvalho Junior (Org.), *Sociedade em transição: Buscando novos temas e novas abordagens para a compreensão do mundo contemporâneo*. Multifoco.
- Blum, G. G. (2024). *O consenso da segurança na América Latina do início do século XXI: Insegurança territorial, políticas de combate ao crime e riscos geopolíticos [Tese (Doutorado)]*. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências.

- Brigola, H. F. (2020). *As relações geopolíticas dos EUA com a América do Sul na gestão de Barack Obama (2009-2016): Continuidade ou rupturas na política externa estadunidense? [Tese de Doutorado (Geografia)]*. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências.
- Bush, G. W. (2001, setembro 20). *Address to the Joint Session of Congress*. URL: <https://catalog.archives.gov/id/134607502>
- Bush, S. S. (2017). The Politics of Rating Freedom: Ideological Affinity, Private Authority, and the Freedom in the World Ratings. *Perspectives on Politics*, 15(3), 711–731.
DOI: <https://doi.org/10.1017/S1537592717000925>
- Buzan, B., & Hansen, L. (2012). *A evolução dos estudos de segurança internacional*. Ed. Unesp.
- Buzan, B., & Waever, O. (2003). *Regions and Power: The structure of international security*. Cambridge University Press.
- Cardinale, M. E. (2017). Derecho penal del enemigo, excepción política y securitización: Contracaras de la seguridad. *Revista Estudiantil Latinoamericana de Ciencias Sociales*, 10, 1–24.
DOI: <https://doi.org/10.18504/r10109-001-2017>
- Castells, M. (1999). *A sociedade em rede* (Atual. p/ a 6ª ed., Vol. 1). Paz e Terra.
- Chamayou, G. (2015). *Teoria do drone* (1. ed.). Cosac Naify.
- Claval, P. (2011). *Epistemologia da Geografia*. Ed. da UFSC.
- Correia, P. P. (2018). *Manual de Geopolítica e Geoestratégia*. Edições 70.
- Cox, M. (2017). The rise of populism and the crisis of globalisation: Brexit, Trump and Beyond. *Irish Studies in International Affairs*, 28, 9–17. DOI: <https://doi.org/10.1353/isia.2017.0010>
- De Azevedo, C. V. (2018). Correlações entre migração forçada e terrorismo: Reflexões sobre a crise dos refugiados na Europa. *Meridiano 47 - Journal of Global Studies*, 19.
DOI: <https://doi.org/10.20889/M47e19019>
- Delumeau, J. (2009). *História do medo no ocidente 1300-1800: Uma cidade sitiada*. Companhia das Letras.
- Dollfus, O. (1990). Livre Second. Le Système Monde. Em R. Brunet & O. Dollfus, *Mondes nouveaux*. Géographie universelle sous la direction de Roger Brunet. Hachette / RECLUS.
- Dugin, A. (2014). *Eurasian mission: An introduction to neo-eurasianism*. Arktos Media Ltd.
- Dullin, S., Jeannesson, S., & Tamiatto, J. (with Boissière, A.). (2022). *Atlas da Guerra Fria: 1947-1990: Um conflito global e multifórmico* (I. Figueiras, Trad.). Guerra e Paz, Editores.
- Fabrizio, D. C. B. (2023). *Permanências do maravilhoso oceânico medieval: Ilhas, monstros e outros "detalhes" na cartografia do século XVI [Tese (Doutorado)]*, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências]. url: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/15126>
- Foucault, M. (2008). *Nascimento da biopolítica: Curso dado no Collège de France (1978-1979)*. Martins Fontes.
- Foucault, M. (2014). *História da sexualidade 1: A vontade de saber*. Paz e Terra.
- Frid, M., Pinheiro-Machado, R., Mayworm Perrut, I., & Pertierra, A. C. (2024). Digital comfort amidst precarity: New middle classes' experience of well-being and hardship in pandemic times in Brazil. *Journal of Consumer Culture*, 14695405241243203. DOI: <https://doi.org/10.1177/14695405241243203>
- García Chueca, E., & Teodoro, F. (2022). *Pandemia y protestas sociales: Las ciudades como "olla a presión" en la era COVID-19* (266; CIDOB Notes internacionales, p. 8). CIDOB - Barcelona Centre for International Affairs. URL: <https://www.cidob.org/publicaciones/pandemia-y-protestas-sociales-las-ciudades-como-olla-presion-en-la-era-covid-19>

- Gottmann, J. (1973). *The significance of territory*. The University of Virginia Press.
- Gottmann, J. (2012). A evolução do conceito de território. *Boletim Campineiro de Geografia*, 2(3), Artigo 3.
- Gracino Junior, P., Goulart, M., & Frias, P. (2021). “Os humilhados serão exaltados”: Ressentimento e adesão evangélica ao bolsonarismo. *Cadernos Metrópole*, 23.
- Graham, S. (2016). *Cidades sitiadas: O novo urbanismo militar* (1. ed.). Boitempo.
- Grassiani, E., & Müller, F. (2019). Brazil-Israel Relations and the Marketing of Urban Security Expertise. *Latin American Perspectives*, 46(3), 114–130. DOI: <https://doi.org/10.1177/0094582X19831442>
- Guerra na Ucrânia: Qual o impacto das sanções contra Rússia após um ano da invasão? (2023, fevereiro 23). BBC News Brasil. URL: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c72l8013v4mo>
- Guia, M. J., & Pedroso, J. (2015). A insustentável resposta da “crimigração” face à irregularidade dos migrantes: Uma perspetiva da União Europeia. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 23(45), 129–144. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-8585250319880004507>
- Guzzini, S. (Org.). (2021). *O retorno da geopolítica na Europa? Mecanismos sociais e crises de identidade de política externa*. Editora Unesp.
- Haesbaert Da Costa, R. (2014). *Viver no limite: Território e multitransterritorialidade em tempos de insegurança e contenção* (1. ed.). Bertrand Brasil.
- Halvorsen, K. (2016). Economic, Financial, and Political Crisis and Well-Being in the PIGS-Countries. *Sage Open*, 6(4), 2158244016675198. DOI: <https://doi.org/10.1177/2158244016675198>
- Hardt, M., & Negri, A. (2001). *Império*. Record.
- Haushofer, K. E. (2012). Los fundamentos geográficos de la política exterior. *Geopolítica(s)*, 3(2), 329–336. DOI: http://dx.doi.org/10.5209/rev_GEOP.2012.v3.n2.42332
- Helleiner, E. (2024). Economic Globalization's Polycrisis. *International Studies Quarterly*, 68(2), sqae024. DOI: <https://doi.org/10.1093/isq/sqae024>
- Herrera Santana, D. (2019). Geopolítica de la fragmentación y poder infraestructural. El Proyecto “One Belt, One Road” y América Latina. *Geopolítica(s): Revista de estudios sobre espacio y poder*, 10(1), 41–68.
- Huntington, S. (1997). *O choque das civilizações e a recomposição da nova ordem mundial*. Objetiva.
- Hur, D. U., Sabucedo, J. M., & Alzate, M. (2021). Bolsonaro e Covid-19: Negacionismo, militarismo e neoliberalismo. *Psicologia Política*, 21(51), 550–569.
- Hurrell, A. (2005). Pax Americana ou o império da segurança? *Revista Brasileira de Política Internacional* [online], 48(2), Artigo 2.
- Jackson, R., & Sørensen, G. (2018). Introdução às relações internacionais: *Teorias e abordagens* (3a. ed., rev.ampl.). Zahar.
- Jiménez Molina, Á., Jiménez, Á., & Rojas, G. (2019, dezembro 5). Sobreendeudados y deprimidos: Salud mental en un país con 4,6 millones de morosos. CIPER Chile. URL: <https://www.ciperchile.cl/2019/12/05/sobreendeudados-y-deprimidos-salud-mental-en-un-pais-con-46-millones-de-morosos/>
- Karatas, I. B. (2023). Does the COVID-19 pandemic lead to an infra-state of exception: Turkey's responses and dismantling its medico-scientific policies. *Subjectivity*, 30(2), 204–226. DOI: <https://doi.org/10.1057/s41286-023-00156-9>
- Kent, A. J. (2020). Mapping and Counter-Mapping COVID-19: From Crisis to Cartocracy. *The Cartographic Journal*, 57(3), 187–195. DOI: <https://doi.org/10.1080/00087041.2020.1855001>

- Kissinger, H. (2014). *World Order: Reflections on the character of nations and the course of history*. Penguin Books.
- Korybko, A. (2018). *Guerras híbridas: Das revoluções coloridas aos golpes* (1. ed.). Expressão Popular.
- Kumar, A. (2020). Drone proliferation and security threats. *Indian Journal of Asian Affairs*, 33(1/2), 43–62.
- La tasa de paro subió hasta el 26,02%: España cerró 2012 con 5,96 millones de desempleados. (2013, janeiro 24). *elEconomista.es*. UTL: <https://www.eleconomista.es/economia/noticias/4551692/01/13/Espana-cierra-2012-con-59-millones-de-parados-la-tasa-de-desempleo-sube-al-2602-.html>
- Lencioni, S. (2014). *Região e Geografia* (1a.ed., 3a.reimpr.). Editora da Universidade de São Paulo.
- Lindo, P., Kozenieski, É. de M., & Souza, R. J. de. (2021). COVID-19 e Geografia: Perplexidade atual e a cartografia a serviço da saúde pública. *Confinos* [En ligne], 52.
- Livingstone, D. N. (2003). *Putting science in its place: Geographies of scientific knowledge*. The University of Chicago Press.
- Lobo-Fernandes, L. F. (2024). Pensar a integração europeia no contexto da agressão russa à Ucrânia: Algumas proposições. *Revista de Estudos Europeos*, 83, 452–469. DOI: <https://doi.org/10.24197/rec.83.2024.452-469>
- Lyon, D. (2016). As apostas de Snowden: Desafios para o entendimento de vigilância hoje. *Ciência e Cultura*, 68(1), 25–34.
- Maruf, R. (2023, fevereiro 26). *Sanções à Rússia não estão funcionando, diz ex-secretário do Tesouro dos EUA*. CNN Brasil. URL: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/sancoes-a-russia-nao-estao-funcionando-diz-ex-secretario-do-tesouro-dos-eua/>
- Massey, D. (2000). Um sentido global do lugar. Em *O espaço da diferença*, Papirus, 176–185.
- Massey, D. (2013). *Pelo espaço: Uma nova política da espacialidade* (4ª ed.). Bertrand Brasil.
- Matteucci, N. (2010). Soberania. Em N. Bobbio, N. Matteucci, & G. Pasquino (Orgs.), *Dicionário de Política*: Vol. Vol. 2. (13ª ed., 14ª reimpr., p. 1179–1188). Editora Universidade de Brasília.
- Mbembe, A. (2017). *Políticas da inimizade* (1. ed.). Antígona.
- Mccolm, R. B. (1992). *Freedom in the World 199-1992: Political Rights and Civil Liberties*, Freedom House, 601 p.
- Mccolm, R. B. (1992). The Comparative Survey of Freedom 1991-1992: Between Two Worlds. Em *Freedom in the World 199-1992: Political Rights and Civil Liberties*, Freedom House, 601 p.
- Mcewen, N. (2022). Irreconcilable sovereignties? Brexit and Scottish self-government. *Territory, Politics, Governance*, 10(5), 733–749. DOI: <https://doi.org/10.1080/21622671.2022.2044898>
- Moniz Bandeira, L. A. (2017). *A desordem mundial: O espectro da total dominação: Guerras por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias* (3a. ed.). Civilização Brasileira.
- Montero Moncada, L. A. (2023). Modelos Comparados de Contrainsurgencia: Tradiciones Británicas y Francesas, y su Aplicabilidad en Conflictos Contemporáneos. *Revista Seguridad y Poder Terrestre*, 2(4), 103–123. DOI: <https://doi.org/10.56221/spt.v2i4.40>
- Moraes, A. C. R. (2005). *Ideologias geográficas: Espaço, cultura e política no Brasil*. Annablume.
- Morgado, M. (2023). *Guerra, império e democracia — A ascensão da geopolítica europeia*. Dom Quixote.
- Mota, L. De A. E. (2013). Capitalismo contemporâneo, desigualdades sociais e a crise de 2008. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, 1(1), Artigo 1.
- Moulin Aguiar, C. (2019). Entre a crise e a crítica: Migrações e refúgio em perspectiva global. *Monções - Revista de Relações Internacionais da UFGD*, 8(16), Artigo 16.

- Muraro, A. P., Rocha, R., Boing, A. C., Oliveira, L. R., Melanda, F. N., & Andrade, A. C. de S. (2023). Óbitos por condições de saúde posteriores à COVID-19 no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva* [online], 28(2), 331–336. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232023282.16752022>
- Nielsen, C. A. (2009). The Kosovo precedent and the rhetorical deployment of former Yugoslav analogies in the cases of Abkhazia and South Ossetia. *Southeast European and Black Sea Studies*, 9(1–2), 171–189. DOI: <https://doi.org/10.1080/1468385090273595>
- Nunes, J. (2020). A pandemia de COVID-19: Securitização, crise neoliberal e a vulnerabilização global. *Cadernos de Saúde Pública*, 36.
- Obermayer, B. (2016, julho 12). How two German newspaper reporters broke the story behind the Panama Papers. Quartz. URL: <https://qz.com/729106/how-two-german-newspaper-reporters-broke-the-story-behind-the-panama-papers>
- Oeter, S. (2015). The Kosovo case—an unfortunate precedent. *Zeitschrift für ausländisches öffentliches Recht und Völkerrecht*, 75, 51–74.
- Ohmae, K. (1996). *O fim do Estado-Nação: A ascensão das economias regionais*. Campus.
- Ólafsdóttir, K. (2020). The labor market in Iceland, 2000–2018: A flexible labor market that was put to the test in the Great Recession (474; IZA World of Labor). IZA World of Labor. DOI: <https://doi.org/10.15185/izawol.474>
- Oliveira da Silva, B. L. (2022). *Aleksandr Dugin e a Quarta Teoria Política: Uma análise do discurso da nova extrema-direita [Trabalho de Conclusão de Curso (História)]*. Universidade Federal Fluminense.
- Pase, A., Presti, L. L., Rossetto, T., & Peterle, G. (2021). *Pandemic cartographies: A conversation on mappings, imaginings and emotions*. *Mobilities*, 16(1), 134–153. DOI: <https://doi.org/10.1080/17450101.2020.1866319>
- Patula, J. (1990). Convergencias y divergencias en el Pacto de Varsovia. *Iztapalapa. Revista de Ciencias Sociales y Humanidades*, 10(21), Artigo 21.
- Pautasso, D., Nogara, T. S., Ungaretti, C. R., & Prestes Rabelo, A. M. (2021). As três dimensões da guerra comercial entre China e EUA. *Carta Internacional*, 16(2), e1122. DOI: <https://doi.org/10.21530/ci.v16n2.2021.1122>
- Pecequillo, C. (2012). *Introdução às Relações Internacionais: Temas, atores e visões* (9. ed.). Vozes.
- Pecequillo, C. (2016). *Teoria das relações internacionais: O mapa do caminho—Teoria e prática*. Alta Books.
- Pecequillo, C. S. (2012). *Os Estados Unidos no século XXI* (1.). Elsevier.
- Peck, J. (2010). Economías políticas de escala: Políticas rápidas, relaciones inter escalares y workfare neoliberal. Em V. Ramiro Fernández & C. Brandão (Orgs.), *Escalas y políticas del desarrollo regional: Desafíos para América Latina*. Miño y Dávila.
- Pereira, J. A. G. (2016). *Da crise de refugiados na Europa: Uma ameaça à segurança? [Dissertação (Mestrado Integrado em Ciências Policiais)]*, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna. URL: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/15560>
- Pitta, F. T., Leite, A. C. G., & Kluck, E. G. J. (2020). O boom e estouro da bolha das commodities no século XXI e a agroindústria canavieira brasileira: Da mobilização à crise do trabalho. *Revista NERA*, 23(51), 41–63.
- Putin, V. V. (2007, fevereiro 10). Speech and the Following Discussion at the Munich Conference on Security Policy. Kremlin - President of Russia. URL: <http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/24034>
- Quaglia, L., & Verdun, A. (2023). The COVID-19 pandemic and the European Union: Politics, policies and institutions. *Journal of European Public Policy*, 30(4), 599–611. DOI: <https://doi.org/10.1080/13501763.2022.2141305>

- Rachter, L. (2019, novembro 7). A informalidade do mercado de trabalho: “Economia GIG” ou precarização do trabalho? (Parte I). Blog do IBRE - FGV/IBRE. URL: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/informalidade-do-mercado-de-trabalho-economia-gig-ou-precariizacao-do-trabalho-parte-i>
- Raffestin, C. (1993). *Por uma geografia do poder*. Editora Ática.
- Rodríguez-Pose, A., & Burlina, C. (2021). Institutions and the uneven geography of the first wave of the COVID-19 pandemic. *Journal of Regional Science*, 61(4), 728–752.
DOI: <https://doi.org/10.1111/jors.12541>
- Rudzit, G. (2005). O debate teórico em segurança internacional: Mudanças frente ao terrorismo? *Civitas*, 5(2), 297–323.
- Santos, G. A. dos. (2013). Estado e migração indocumentada: Os migrantes do sul catarinense nos EUA. Em L. C. Dias & M. Ferrari (Orgs.), *Territorialidades humanas e redes sociais*, 2. ed. rev., 243–262.
- Santos, M. (2011). *Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal*. BestBolso.
- Savage, R., & Miriri, D. (2024, maio 28). *Post-COVID, China is back in Africa and doubling down on minerals*. Reuters [online]. URL: <https://www.reuters.com/markets/commodities/post-covid-china-is-back-africa-doubling-down-minerals-2024-05-28/>
- Scahill, J. (2014). *Guerras sujas: O mundo é um campo de batalha* (1a. ed.). Companhia das Letras.
- Schmitt, C. (2014). *O nomos da Terra no direito das gentes do jus publicum europaeum* (1. ed.). Contraponto : Ed. PUC-Rio.
- Smith, E. (2024, fevereiro 12). *Russia's Wagner Group expands into Africa's Sahel with a new brand*. CNBC. URL: <https://www.cnbc.com/2024/02/12/russias-wagner-group-expands-into-africas-sahel-with-a-new-brand.html>
- Souza, M. J. L. de. (2012). O território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. Em I. E. de Castro, P. C. da C. Gomes, & R. L. Corrêa (Orgs.), *Geografia: Conceitos e temas* (15ª ed., p. 77–116). Bertrand Brasil.
- Stiglitz, J. E. (2003). *Os exuberantes anos 90*. Companhia das Letras, Editora Record.
- Strachan, H. (2014). *The direction of war: Contemporary strategy in historical perspective* (4th printing). Cambridge University Press.
- Stuenkel, O. (2018). *O mundo pós-ocidental: Potências emergentes e a nova ordem global* (1.). Zahar.
- Swyngedouw, E. (2010). ¿Globalización o glocalización? Redes, territorios y reescalamiento. Em V. Ramiro Fernández & C. Brandão (Orgs.), *Escala y políticas del desarrollo regional: Desafíos para América Latina*. Miño y Dávila.
- Teixeira Fernandes, J. P. (2017). *O regresso da geopolítica—Europa, Médio Oriente e Islão*. Almedina.
- Teixeira, V. M., & Blum, G. G. (2022). Ventos da guerra na Europa e a hipocrisia das grandes potências ocidentais. Em E. M. Senhoras (Org.), *Ucrânia sob fogo cruzado: Discursos, ações e repercussões*, Editora IOLE, 53–85.
- The White House. (2022). *Indo-Pacific Strategy of the United States*. URL: <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2022/02/U.S.-Indo-Pacific-Strategy.pdf>
- Tomé, L. (2010). Segurança e complexo de segurança: Conceitos operacionais. *Janus E-Journal of International Relations*, 1(1), 33–49.
- UNRISD, UNITED NATIONS RESEARCH INSTITUTE FOR SOCIAL DEVELOPMENT (2019). *Overcoming Inequalities in the Context of the 2030 Agenda for Sustainable Development* (Issue Brief IB10). UNRISD.
- Vaísse, M. (2020). *As relações internacionais desde 1945* (Edição revista e atualizada). Edições 70.

- Vitte, A. C., & Moraes, B. M. De. (2022). A Ucrânia e o pivot geográfico de Halford Mackinder: Permanências e metamorfoses de um conceito a partir da Geografia Física. Em E. M. Senhoras (Org.), *Ucrânia sob fogo cruzado: A geohistória de uma guerra*, Editora IOLE , 13–36).
- Vitte, C. de C. S. (2006). Integração, soberania e território na América do Sul: Um estudo da IIRSA (Iniciativa de Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana). Terra Livre (Presidente Prudente), Ano 22, v, 2(n. 27), Artigo 27.
- WEF, THE WORLD ECONOMIC FORUM (2022, maio 23). Welcoming Remarks and Special Address. World Economic Forum. URL: <https://www.weforum.org/events/world-economic-forum-annual-meeting-2022/sessions/welcoming-remarks-and-special-address-45d617200a>
- Zheng, Y., & Walsham, G. (2021). Inequality of what? An intersectional approach to digital inequality under Covid-19. *Information and Organization*, 31(1), 100341.
DOI: <https://doi.org/10.1016/j.infoandorg.2021.100341>

CONCLUSÃO

João Luís J. Fernandes

Universidade de Coimbra, CEIS20 e RISCOS (Portugal)
Faculdade de Letras, Departamento de Geografia e Turismo
ORCID: 0000-0002-9419-631X jfernandes@fl.uc.pt

Fátima Velez de Castro

Universidade de Coimbra, CEIS20 e RISCOS (Portugal)
Faculdade de Letras, Departamento de Geografia e Turismo
ORCID: 0000-0003-3927-0748 velezcastro@fl.uc.pt

Talvez a palavra turbulência se adeque à caracterização de um ciclo de crises que a União Europeia, em particular, e a Europa, em geral, têm experienciado, desde a desajustada expectativa de paz eterna e de “Fim da História”, que se anunciou após a queda do Muro de Berlim, em 1989 e a consequente desintegração da ex- URSS.

O início da guerra em solo ucraniano, após invasão russa no mês de fevereiro de 2022, é um desses momentos críticos numa longa sequência de ocorrências e tendências que, por exemplo, nos expôs a fragilidade energética do continente europeu e o necessário reequacionamento estratégico deste setor. Como nos refere Nathana Garcez, a diversificação das fontes e das origens geográficas da energia que se produz e chega à Europa, são condições fundamentais para a sustentação do modelo de desenvolvimento e a manutenção da qualidade de vida das populações.

Esta nova cartografia da segurança energética da Europa, deve ser repensada num contexto global, como refere Nélío Guerreiro, mais fluído e difícil de regular. As novas tecnologias, a emergência do ciberespaço, as interdependências, as mobilidades aceleradas e a criação de regiões de circulação, como o território Schengen, estão entre os fatores que levaram ao protagonismo de sujeitos multiterritoriais e transnacionais. A sua plasticidade e organização em rede, o seu envolvimento nos ecossistemas da informalidade e do crime, inflaciona o grau de incertezas e coloca novos desafios sociais, económicos, espaciais e, por tudo isso, políticos.

Discutindo as tensões que pressionam o Sistema Internacional e as crises sistêmicas que têm afetado a Europa e o mundo, sobretudo após 2008, Gustavo Glodes Blum segue na mesma linha de questionamento das novas arquiteturas de uma globalização que pode gerar sentimentos de insegurança e traduzir-se, quer numa deriva securitária exponencial, quer numa nova reorganização regional do mundo, porventura assente numa geometria variável também esta incerta.

Porque este Sistema Internacional resulta do equilíbrio instável entre o fixo e o móvel, é importante acompanhar as mobilidades espaciais que têm mantido as correntes de contacto entre as diferentes regiões do mundo, em particular os fluxos de mercadorias, capital financeiro, informação e populações.

Sobre este último, Natacha Rodrigues problematiza a União Europeia enquanto espaço de acolhimento e hospitalidade. Ainda que esta organização internacional tenha alcançado um nível ímpar de cooperação e partilha de interesses entre os Estados membros, neste domínio das migrações vulnerários persistem as desconfianças e as disputas concorrenciais, facto que fragiliza o denominado Sistema Europeu Comum de Asilo. Por isso, como aqui se demonstra, uma das estratégias seguidas tem sido a externalização da vigilância e proteção das fronteiras deste território institucional.

Nesta sequência, Sara Carrasco Granger coloca a debate no plano dos direitos, em particular do direito à mobilidade. Para esta autora, o espaço geográfico rugoso e os efeitos de atrito que se colocam às mobilidades não autorizadas, interfere com outras garantias fundamentais, como o direito à vida. Por isso, Carrasco Granger inicia o seu capítulo citando o número de desaparecidos no Mediterrâneo, símbolo de um quadro jurídico internacional incapaz de responder aos desafios humanitários que se colocam à Europa e não só.

A partir do exemplo dos imigrantes, Pedro Camilo de Figueirêdo Neto é autor de um capítulo que nos sugere o conceito de “extremófilo social”, no qual identifica os grupos e os indivíduos sobreviventes em contextos de vulnerabilidade extrema, persistente e cumulativa. Para Neto, essa fragilidade, mas também a capacidade de resistência desses “extremófilos”, depende do efeito conjugado de fatores físicos, mentais, emocionais e sociais. Seguindo a lógica que atravessa esta obra, Neto posiciona-se na fronteira instável entre o sujeito e as suas circunstâncias.

No seguimento do conceito de “extremófilo” apresentado por Pedro Neto, o capítulo de Amanda Evelyn Cavalcanti de Lima faz-nos viajar para as periferias (sub) urbanas de algumas cidades francesas. Nestes espaços excêntricos, vulneráveis e, nalguns casos, estruturalmente violentos, a autora faz uma análise, sobretudo sociológica, de alguns episódios de protesto juvenil. Com este trabalho, fica-nos a ideia de um Estado incapaz de estar em todos os lugares e que ali apenas chega na sua versão mais disciplinar e punitiva.

Por fim, Pedro Allemand Mancebo Silva leva-nos ao Ártico e problematiza o presente e o futuro de uma população minoritária- os Sámi - , perante a dinâmica das alterações climáticas, do extrativismo e exploração de recursos e de afirmação dos diferentes Estados da região.

A integração das minorias nos sistemas estatais reguladores é um dos temas fundamentais para aferir um dos focos desta obra- a coesão interna da Europa. Neste caso, não se trata da geografia de imigrantes recém-chegados, como foi amplamente debatido nalguns dos textos aqui publicados, mas de grupos populacionais que antecederam a criação dos próprios Estados desta região.

Finalizada esta viagem por oito capítulos, aqui se dá a conhecer um conjunto articulado e oportuno de temas que abrem caminhos amplos de investigação futura. Lidos e interpretados na sua sequência e a partir de diferentes referenciais de observação, estes autores tomaram o pulso de uma Europa e de um mundo em aberto, que devemos acompanhar, sempre com um olhar crítico e um posicionamento que nos permita atravessar tempos e escalas de análise.

(Página deixada propositadamente em branco)

SÉRIE
RISCOS E CATÁSTROFES

Títulos Publicados:

- 1 *Terramoto de Lisboa de 1755. O que aprendemos 260 anos depois?*
- 2 *Sociologia do Risco;*
- 3 *Geografia, paisagem e riscos;*
- 4 *Geografia, cultura e riscos;*
- 5 *Alcáçova. 30 anos depois;*
- 6 *Riscos e crises. Da teoria à plena manifestação;*
- 7 *Catástrofes naturais. Uma abordagem global;*
- 8 *Catástrofes antrópicas. Uma aproximação integral;*
- 9 *Catástrofes mistas. Uma perspectiva ambiental;*
- 10 *Contribuições da Geografia para o Ensino dos Riscos.*
- 11 *Contributos da Sociedade para a Redução do Risco de Populações Vulneráveis;*
- 12 *Contributos da Formação para a Redução do Risco;*
- 13 *Confianças e medos na Europa contemporânea: redes, asilo e minorias*

Tomos em preparação:

- 14 *Migrações, Multiculturalidade e Vulnerabilidade Social. Visões Interdisciplinares da Europa e do Mundo;*
- 15 *Os Riscos e a Energia;*
- 16 *Contributos da Ciência para a Redução do Risco;*
- 17 *Riscos antrópicos e geopolítica;*
- 18 *Populações, Migrações e Vulnerabilidades.*

(Página deixada propositadamente em branco)

João Luís Fernandes. É Professor do Departamento de Geografia e Turismo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Subdiretor da mesma Faculdade para as áreas da internacionalização e da inovação; Vice-Presidente da Direção da RISCOS - Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança; e investigador no CEIS20- Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade de Coimbra. Tem interesses e desenvolvido trabalho nas áreas da Geografia Cultural e da Geografia Política.

Fátima Velez de Castro. É Professora no Departamento de Geografia e Turismo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Diretora do Mestrado em Ensino de Geografia no 3.º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário da FLUC; investigadora no CEIS20 onde coordena, em conjunto com João Luis Fernandes, o Grupo 2 – Europeísmo, Atlanticidade e Mundialização; e Presidente da Direção da RISCOS – Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança. Os seus principais temas de investigação são na área do Ensino de Geografia (formação inicial docente); Geografia e Riscos Sociais; Geografia das Migrações.

RISCOS
E CATÁSTROFES



||U **IMPRENSA DA**
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS